



O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) do Hospital Dilson Godinho (HDG), durante o mês de abril, marcado pela campanha Abril Verde, uma ampla programação de treinamentos e ações educativas, reforçando o compromisso da Instituição com a saúde, a segurança dos colaboradores e a sustentabilidade dos processos assistenciais.

CIDADE 6

HDG realiza ampla programação no Abril Verde

Ações em Montes Claros e Pirapora, marcam mês de conscientização, prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

CIDADE 5

Comida di Buteco no calendário oficial de eventos de Montes Claros

O prefeito de Montes Claros, Guilherme Augusto Guimarães de Oliveira, sancionou e foi publicado no Diário Oficial do município, na última quarta-feira, 22 de abril, a Lei 5.975 que inclui o Concurso Comida di Buteco (CdB) no Calendário Oficial de Eventos de Montes Claros, a ser realizado anualmente para os meses de abril e maio.

REGIONAL 5

Operação mira esquema milionário de sonegação e lavagem de dinheiro em Minas Gerais

DESPERTA MULHER

Evento une negócios, autoconhecimento e autocuidado em uma experiência transformadora

No próximo dia 11 de maio de 2026, a cidade de Montes Claros será palco de uma proposta inovadora voltada ao universo feminino. A partir das 18h20, o Empório São Carlos, localizado no bairro Ibituruna, receberá o evento "Desperta Mulher", uma experiência que promete conectar crescimento profissional, desenvolvimento pessoal, posicionamento estratégico e autocuidado em um único ambiente.

REGIONAL 4

POLÍTICA 3

SEMINÁRIO NA AMAMS

TCE-MG reforça exigência de ouvidorias e controle interno em municípios do Norte de Minas



Em um momento de intensos debates sobre transparência, eficiência administrativa e responsabilidade fiscal, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais reforçou, nesta terça-feira (28), a necessidade de implantação de ouvidorias e de estruturas de controle interno nos municípios do Norte do estado.

CIDADE 7

Projeto "OAB na Praça" leva orientação jurídica gratuita à população do bairro Alice Maia

A promoção do acesso à justiça e o fortalecimento da cidadania marcaram a realização da primeira edição de 2026 do projeto "OAB na Praça", que aconteceu no último sábado (25), na Praça Ernestina Ferreira Nunes, conhecida como Praça da Igreja Menino Jesus de Praga, no bairro Alice Maia, em Montes Claros.

SEGURANÇA 8

PIRAPORA

Polícia Militar prende homem com mandado de prisão em aberto

PIRAPORA

Polícia Militar apreende grande quantidade de drogas e prende suspeito por tráfico

Uma operação da Polícia Militar de Minas Gerais resultou na prisão de um homem de 26 anos e na apreensão de uma grande quantidade de entorpecentes no bairro Bom Jesus, em Pirapora, no último dia 27 de abril.

SEGURANÇA 8



Saúde mental como prioridade: O impacto da NR-1 nas IES

JANGUIÊ DINIZ
DIRETOR-PRESIDENTE DA ABMES

A entrada em vigor da nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) representa um dos movimentos mais relevantes das últimas décadas no campo da segurança e saúde no trabalho no Brasil, com impactos diretos e profundos sobre as instituições de educação superior (IES). Mais do que uma atualização normativa, trata-se de uma mudança de paradigma que desloca o foco tradicional, historicamente concentrado em riscos físicos, químicos e biológicos, para uma abordagem mais ampla, incorporando, de forma explícita e obrigatória, os riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Prevista para entrar em vigor no dia 26 de maio, a nova regulamentação impõe às instituições educacionais não apenas ajustes técnicos, mas uma revisão estrutural de seus modelos de gestão, cultura organizacional e práticas de relacionamento com seus colaboradores.

O primeiro passo consiste no abandono de uma postura reativa e na adoção de uma lógica preventiva e sistêmica. Isso porque a NR-1 estabelece o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) como um processo contínuo, estruturado e documentado, exigindo a identificação, avaliação, controle e monitoramento de todos os riscos que possam afetar a saúde dos trabalhadores, inclusive aqueles

decorrentes da organização do trabalho, como sobrecarga, assédio, falta de autonomia e falhas de comunicação.

No contexto das instituições de educação superior, esse desafio ganha contornos ainda mais complexos. Trata-se de organizações marcadas por atividades simultâneas, pressões acadêmicas e regulatórias, demandas administrativas e relações interpessoais densas. Professores, coordenadores e técnicos frequentemente lidam com acúmulo de funções e exigências cognitivas elevadas. Não por acaso, o setor educacional figura entre os mais impactados por afastamentos relacionados à saúde mental, com índices expressivos de estresse, ansiedade e síndrome de burnout.

Por isso, a principal implicação da NR-1 para as IES está justamente na exigência de que esses fatores deixem de ser tratados como questões periféricas ou individuais e passem a integrar o sistema de gestão de riscos. Isso significa que a saúde mental deve ser incorporada ao inventário de riscos ocupacionais e ao plano de ação institucional, com o mesmo rigor aplicado a outros tipos de risco.

A fiscalização não se limitará à existência de documentos. Ela exigirá coerência entre diagnóstico, medidas adotadas e resultados efetivos, com base em evidências con-

cretas e participação dos trabalhadores. Em outras palavras, não será suficiente declarar boas intenções; será necessário demonstrar práticas consistentes e verificáveis.

Nesse sentido, a preparação das instituições deve começar por um diagnóstico aprofundado e setorizado dos riscos psicossociais. Não se trata de uma análise genérica, mas de um mapeamento que considere as especificidades de cada área e função. Essa abordagem evidencia um ponto central: a gestão de riscos psicossociais exige integração entre diferentes áreas da instituição, incluindo gestão de pessoas, segurança do trabalho, coordenações acadêmicas e alta administração.

Outro aspecto crucial é a mudança de foco das ações. A NR-1 é clara ao estabelecer que medidas exclusivamente individuais ou clínicas são insuficientes. O enfrentamento dos riscos psicossociais deve ocorrer prioritariamente no nível organizacional, por meio da revisão de processos, redistribuição de cargas de trabalho, melhoria dos fluxos de comunicação e fortalecimento das práticas de liderança. Essa diretriz desloca a responsabilidade do indivíduo para a estrutura institucional, exigindo das IES um compromisso real com a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, equilibrados e sustentáveis.

Além disso, a norma reforça a

necessidade de participação ativa dos trabalhadores no processo de gestão de riscos. A escuta qualificada, por meio de pesquisas, entrevistas, grupos focais e canais de denúncia, deixa de ser uma prática recomendada e passa a ser uma exigência. Essa participação não apenas qualifica o diagnóstico, como também fortalece a cultura organizacional e amplia o engajamento dos colaboradores. Ao mesmo tempo, impõe às instituições o desafio de criar mecanismos seguros, confiáveis e efetivos de acolhimento e tratamento das demandas apresentadas.

Do ponto de vista jurídico e financeiro, os impactos da não conformidade são significativos. A ausência de gestão adequada dos riscos psicossociais pode resultar em autuações, multas e aumento de passivos trabalhistas, além de custos indiretos relacionados à queda de produtividade, aumento da rotatividade e perda de talentos.

Em síntese, a nova NR-1 apresenta às instituições duas possibilidades: encerrar a norma como uma obrigação burocrática ou como uma oportunidade estratégica de modernização. Aquelas que optarem pelo segundo caminho estarão mais bem posicionadas para enfrentar os desafios contemporâneos, fortalecer sua reputação,



atrair e reter talentos e cumprir, com maior qualidade, sua função social. Afinal, cuidar da saúde mental de quem ensina e administra as instituições não é apenas uma exigência legal, mas condição essencial para o excelência acadêmica e para o futuro da educação superior no país.

Reforma Tributária é pauta estratégica e não apenas tributária

JESSICA AMORIM
DIREITO TRIBUTÁRIO

A reforma tributária voltou ao centro do debate econômico brasileiro. Nos últimos dias, ganhou repercussão no Congresso uma proposta que discute encurtar o período de transição do novo sistema tributário, antecipando a implementação plena do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) já em 2027, em conjunto com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - já está prevista no cronograma da reforma.

Se esse movimento avançar, o tempo de adaptação das empresas acaba agora. O que estava previsto para ser uma transição suave se tornará um choque imediato nas estruturas operacionais, nas cadeias produtivas e nas estratégias de precificação já para os próximos meses.

Mais do que uma discussão técnica, o tema reacende uma questão relevante ao ambiente empresarial: como as organizações estão se preparando às mudanças estruturais as quais já estão transformando a lógica do sistema tributário brasileiro.

Mudança no cronograma e impactos econômicos

A proposta em debate busca reduzir o tempo de convivência entre o sistema tributário atual e o novo modelo aprovado na reforma. Pelo cronograma vigente, a implementação prevê um período de transição mais longo justamente para permitir que empresas e entes federativos se adaptem gradualmente à nova lógica

tributária. Nesse intervalo, tributos como ICMS e ISS seriam gradualmente reduzidos, enquanto o IBS passaria a ganhar espaço na arrecadação.

Uma eventual redução desse prazo poderia acelerar impactos relevantes às empresas de diversos setores, exigindo planejamento mais rápido e decisões estratégicas antecipadas.

Na prática, uma transição encurtada tende a concentrar efeitos relevantes na formação de preços, na estrutura de créditos tributários e no fluxo financeiro das empresas.

A reforma vai além da definição de novas alíquotas

Um dos maiores riscos às empresas é tratar a reforma tributária apenas como um tema fiscal. Pois, a mudança introduzida pelo novo sistema altera a lógica de incidência tributária ao longo de toda cadeia econômica. Ao substituir tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS por um modelo de IVA dual, o sistema passa a operar com uma dinâmica diferente de geração e aproveitamento de créditos. Essa transformação tem potencial para esmagar margens, uma vez que a ineficiência tributária de um fornecedor em uma ponta vai fatalmente contaminar o preço, o crédito e a competitividade do cliente na outra ponta.

Durante o período de transição, outro ponto sensível envolve os saldos credores

acumulados no sistema atual, especialmente de ICMS. Empresas que possuem créditos acumulados precisam olhar com muita atenção para o cronograma de transição. Dependendo do ritmo de substituição dos tributos, pode haver dificuldade de absorção desses créditos ao longo do tempo, gerando saldos credores remanescentes que afetam o fluxo de caixa e a gestão financeira.

Outro aspecto relevante envolve os regimes especiais e benefícios fiscais atualmente vinculados ao ICMS. Muitos desses incentivos foram estruturados por meio de diferimentos, créditos presumidos ou termos de acordo firmados com os Estados. Caso o período de transição seja reduzido, pode haver antecipação da perda de sua eficácia econômica.

Com isso, essa mudança também pode repercutir no cronograma de implementação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF), criado justamente para mitigar a perda desses incentivos, cuja operacionalização foi concebida considerando um período de transição mais longo.

Também é importante observar o debate em torno do nível final da carga tributária no novo sistema. As estimativas de alíquota padrão do IBS e da CBS indicam patamares elevados que, em alguns cenários, podem se aproximar de 27% ou 28%. Isso poderia representar uma mudança significativa na estrutura de custos das

empresas e exigiria uma revisão profunda de modelos de negócio e estratégias de precificação.

A reforma é uma pauta estratégica, não apenas tributária

No debate público, grande parte do mercado ainda está concentrada em discutir qual será a nova alíquota do sistema. No entanto, o impacto mais relevante da reforma está na forma como ela altera a lógica econômica dos negócios.

Mudanças estruturais no sistema tributário podem influenciar decisões importantes nas empresas, como reorganização de operações, revisão de cadeias produtivas e estratégias de crescimento. Aquelas organizações que analisam a reforma apenas sob a ótica fiscal, correm o risco de subestimar o alcance estratégico dessas transformações.

A transição tributária como teste de sobrevivência e governança

Independentemente do ritmo de implementação, a reforma tributária representa uma das transformações mais relevantes no ambiente de negócios brasileiro nas últimas décadas. Pois, mudanças dessa magnitude exigem leitura estratégica e capacidade de adaptação por parte das organizações.

Mais do que responder a uma alteração regulatória, o momento exige que as corporações compreendam como a nova



lógica tributária pode influenciar decisões de negócio no longo prazo, desde a estrutura de custos até o desenho de operações e cadeias produtivas.

Diante desse cenário, o debate sobre a velocidade da transição reforça um ponto central: o empresário que delegar essa mudança apenas ao departamento contábil, ignorando a revisão de contratos, a

engenharia de preços e a blindagem do fluxo de caixa, estará colocando a operação em xeque. A preparação para 2027 não é sobre recalcular guias de imposto; é sobre quem terá margem para sobreviver e quem ficará pelo caminho. Estruturar essa transição agora é, acima de tudo, uma decisão inegociável de governança e proteção de legado.

Bioma Caatinga em alerta

JOSÉ FILHO/ FLÁVIO MARQUES / MARIA SONIA LOPES DA SILVA
PESQUISADORES DA EMBRAPA SOLOS

JOSUÉ FRANCISCO DA SILVA JUNIOR
PESQUISADOR DA EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS

No dia 28 de abril, comemora-se o Dia Nacional da Caatinga, uma data criada em homenagem ao ecólogo pernambucano Vasconcelos Sobrinho, pioneiro no estudo da região semiárida. Neste dia, todos devem aproveitar para refletir e se mobilizar em luta pela preservação deste bioma. Preservá-lo é garantir a base da produção sustentável para as famílias agricultoras residentes no meio rural. No entanto, isso requer iniciativas da sociedade, bem como compromissos governamentais, como o incentivo a políticas públicas conservacionistas para os solos e para a vegetação, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

O termo "Caatinga" é de origem Tupi-Guarani e significa mata clara, esbranquiçada ou mesmo branca. Essa tonalidade de cor se destaca na estação seca, que corresponde à grande parte do ano, quando a maioria de suas espécies perde as folhas. Por outro lado, no período chuvoso, em

poucos dias ocorre uma verdadeira revolução da natureza. Essa vegetação se renova, rebrotando a sua folhagem, tornando-se completamente verde e, em seguida, produz flores e frutos, que garantem a perpetuação das espécies.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro com uma enorme biodiversidade, possuindo espécies únicas da fauna brasileira e vegetais de porte arbóreo, arbustivo e herbáceo. As espécies são muito bem adaptadas ao clima semiárido, cujas precipitações pluviométricas são muito irregulares no espaço e no tempo, com média anual inferior a 800 mm, mas é onde estão cerca de 12% da população brasileira (mais de 22 milhões de habitantes).

Em geral, a vegetação é o componente mais característico do bioma, reconhecendo-se duas fases: a mais seca, conhecida como Caatinga hiperxerófila e, a menos seca, denominada Caatinga hipoxerófila. Algumas espé-

cies são indicadoras dessas duas fitofisionomias. Na primeira, destacam-se o xique-xique e a faveleira ou favela; e na segunda, a palmeira denominada popularmente como ouricuri ou licuri e o tamboril ou orelha-de-macaco. A maioria das espécies, entretanto, é comum às duas fases, como por exemplo, o marmeleiro, a catingueira, o mandacaru, o juazeiro e o angico.

A Caatinga é um bioma extremamente ameaçado e, em função do uso e ocupação sem planejamento das terras, a sua vegetação atualmente encontra-se muito devastada. Por sua vez, a combinação de ações antrópicas em áreas de solos rasos a pouco profundos, muito suscetíveis à erosão, juntamente com o desmatamento e as mudanças climáticas, conduz aos processos de desertificação, que têm sido registrados nesse bioma. Tais solos, associados à pouca cobertura vegetal, facilitam e/ou aceleram os processos erosivos e a degradação ambiental.

Esses ambientes constituem núcleos de desertificação, a exemplo de Cabrobó (PE), Seridó (RN/PB), Irauçuba (CE) e Gilbués (PI). Em situação mais grave, foram recentemente constatados ambientes que já se enquadram cientificamente no contexto de climas áridos, como é o caso de uma área no norte do estado da Bahia e no oeste de Pernambuco, no Vale do Submédio São Francisco.

Ainda no contexto ambiental da Caatinga, os solos associados aos diferentes geoambientes, como chapadas, planaltos, depressões, possuem atributos morfológicos, físicos, químicos e mineralógicos muito heterogêneos. Essa heterogeneidade resulta, sobretudo, das variações do seu material de origem, como é o caso de rochas cristalinas (ígneas e metamórficas), rochas sedimentares ou sedimentos inconsolidados. Nesse sentido, onde se destacam as rochas cristalinas, como gnaisses, granitos e xistos, são desenvolvidos solos rasos

(50 cm) a pouco profundos (> 50 cm e 100 cm), em geral pedregosos, como Neossolos Litólicos, Luvisolos e Planossolos, comumente utilizados com pastagem natural ou plantada.

Nas áreas onde ocorrem sedimentos inconsolidados, rochas sedimentares (como arenitos) ou alguma cobertura sedimentar sobre rochas coberturas, predominam solos profundos (> 100 cm e 200 cm) a muito profundos (> 200 cm), como Neossolos Quartzarênicos, Neossolos Flúvicos, Latossolos e Argissolos, muito utilizados com agricultura irrigada, a exemplo do polo de irrigação do município de Petrolina (PE), ou prevalecem usos com culturas dependentes de chuvas. Por sua vez, no contexto de bacias sedimentares onde ocorrem rochas calcárias ou sedimentos ricos em carbonatos, os solos formados são, em geral, profundos e com alta a muita alta fertilidade natural, como é o caso de Cambissolos e

Vertissolos, os quais reúnem excelentes propriedades para fins agrícolas, notadamente com o emprego da irrigação. Como exemplo desses solos, destaca-se o polo de irrigação no município de Juazeiro (BA), onde se conseguem as mais altas produtividades com a cultura da cana-de-açúcar no Brasil, podendo ultrapassar a marca de 200 t/ha.

No entanto, cabe destacar que, em função das condições climáticas nos domínios da Caatinga, onde a evapotranspiração é muito superior às precipitações pluviais, também ocorrem naturalmente ambientes e solos afetados por sais, isto é, solos sódicos e/ou salinos, cujo manejo merece o máximo cuidado e atenção.

Por fim, além da necessidade de conservação da vegetação da Caatinga, é imperativa a conservação do solo deste bioma, promovendo o seu uso racional, em conformidade com suas potencialidades e limitações naturais.

SEMINÁRIO NA AMAMS

TCE-MG reforça exigência de ouvidorias e controle interno em municípios do Norte de Minas

Em um momento de intensos debates sobre transparência, eficiência administrativa e responsabilidade fiscal, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais reforçou, nesta terça-feira (28), a necessidade de implantação de ouvidorias e de estruturas de controle interno nos municípios do Norte do estado. A orientação foi dada durante o seminário "Governança, Emenda Parlamentar e a Nova Ordem Fiscal", realizado no auditório da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, em Montes Claros.

O evento reuniu prefeitos, secretários municipais, técnicos e gestores públicos de diversas cidades da região, consolidando-se como um espaço estratégico para o debate de temas essenciais à administração pública contemporânea. Entre os principais pontos abordados, a criação e o fortalecimento de ouvidorias municipais ganharam destaque como ferramentas indispensáveis para ampliar a participação cidadã e qualificar a gestão pública.

A analista de controle externo do TCE-MG, Luciana Moraes, que também atua como coordenadora do curso de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação

Professor Pedro Aleixo, enfatizou que as ouvidorias exercem papel fundamental na escuta ativa da população. Segundo ela, esses canais permitem identificar demandas reais da sociedade, contribuindo diretamente para a formulação de políticas públicas mais assertivas e alinhadas às necessidades locais.

"É por meio da ouvidoria que o cidadão consegue se manifestar, apresentar sugestões, denúncias e demandas. Esse retorno é essencial para que o gestor tenha uma visão mais clara da realidade e possa tomar decisões mais eficientes", destacou Luciana durante sua apresentação.

A especialista também lembrou que a implantação de ouvidorias está prevista na Constituição Federal do Brasil e que o TCE-MG deverá intensificar a fiscalização quanto ao cumprimento dessa exigência, especialmente considerando a legislação vigente desde 2017 que regulamenta esses mecanismos no âmbito da administração pública. Para municípios de pequeno porte, onde a criação de uma estrutura formal pode representar dificuldades operacionais e financeiras, a orientação é garantir, ao menos, canais efetivos de atendimento e comunicação com a população.

Além da temática das ouvidorias, o seminário abordou questões relacionadas às emendas parlamentares e à chamada nova ordem fiscal, com destaque para os impactos da reforma tributária nas finanças municipais. A preocupação dos gestores é crescente, sobretudo em municípios de menor arrecadação, que já enfrentam desafios para cumprir suas obrigações constitucionais diante de recursos limitados.

A iniciativa integra uma parceria institucional consolidada entre a AMAMS e o TCE-MG, que há anos desenvolvem ações conjuntas voltadas à capacitação e ao fortalecimento da gestão pública municipal no Norte de Minas. O objetivo é proporcionar aos gestores acesso a informações atualizadas, orientações técnicas e interpretações dos órgãos de controle, contribuindo para uma administração mais eficiente e transparente.

O presidente da AMAMS e prefeito de São João da Lagoa, Ronaldo Soares Mota Dias, ressaltou a relevância do encontro para os municípios da região. Segundo ele, iniciativas como essa são fundamentais para preparar os gestores diante das constantes mudanças no cenário fiscal e administrativo

do país.

"Esse momento de capacitação é essencial. Os municípios precisam estar alinhados com as exigências legais e preparados para enfrentar os desafios da gestão pública. A parceria com o Tribunal de Contas fortalece esse processo, orientando melhor a aplicação dos recursos e garantindo mais eficiência e transparência", afirmou.

Outro ponto amplamente discutido foi o uso de recursos provenientes de emendas parlamentares. Técnicos do TCE-MG destacaram a importância de os gestores compreenderem os aspectos legais que envolvem o recebimento, a execução e a prestação de contas desses re-

ursos. O desconhecimento ou a interpretação inadequada das normas pode resultar em inconsistências, apontamentos pelos órgãos de controle e até sanções administrativas.

Durante o seminário, também foram apresentados entendimentos e julgados do TCE-MG relacionados à aplicação desses recursos, reforçando a necessidade de planejamento, organização e rigor técnico na gestão orçamentária. A correta destinação das verbas públicas, segundo os especialistas, é determinante para garantir resultados efetivos à população e evitar problemas futuros para os administradores.

A proposta do evento foi ofe-

recer uma capacitação qualificada, aliando conteúdo técnico à possibilidade de interação direta entre participantes e palestrantes. Ao final de cada apresentação, os gestores tiveram espaço para esclarecimento de dúvidas, troca de experiências e discussão de casos práticos vivenciados nos municípios.

Em um cenário marcado por transformações fiscais e exigências crescentes por transparência, o seminário realizado em Montes Claros reforça o papel das instituições de controle e das entidades municipais na construção de uma gestão pública mais moderna, eficiente e conectada com as demandas da sociedade.



Audiência na ALMG cobra punição para gestores que não pagarem piso nacional dos professores

O debate sobre a valorização dos profissionais da educação ganhou novo fôlego em Minas Gerais após audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na tarde dessa segunda-feira (27). Durante o encontro, parlamentares, representantes de órgãos de controle, sindicatos e integrantes do governo defenderam a aprovação de um projeto de lei federal que prevê punições para gestores públicos que não cumprirem o pagamento do piso salarial nacional do magistério.

A proposta em discussão é o Projeto de Lei (PL) 5.209/25, de autoria do deputado federal Rogério Correia, que altera a Lei de Improbidade Administrativa. O texto busca incluir como ato de improbidade administrativa a conduta de gestores que, de forma dolosa, deixarem de garantir o pagamento do piso salarial dos profissionais da educação básica, conforme previsto na Lei do Piso do Magistério.

Atualmente, o piso nacional dos professores está fixado em R\$ 5.130 para uma jornada de até 40 horas semanais. No entanto, segundo dados apresentados durante a audiência, o descumprimento da legislação ainda é recorrente em diversas regiões do país, incluindo Minas Gerais.

A audiência foi solicitada e presidida pela deputada estadual Beatriz

Corqueira, que criticou a falta de efetividade da legislação existente e alertou para os impactos da desvalorização docente. "O gestor não paga e fica por isso mesmo? Corremos o risco de um apagão na educação pública se não cuidarmos da carreira do professor. É uma profissão essencial, mas ainda extremamente desvalorizada", afirmou.

Durante sua fala, a parlamentar também lembrou o histórico de lutas pela implementação do piso nacional, desde sua previsão na Constituição até a regulamentação em 2008 e a posterior judicialização por parte de governos estaduais. Segundo ela, mesmo após decisões favoráveis, como a do Supremo Tribunal Federal, o cumprimento da lei ainda enfrenta entraves significativos.

Autor do projeto, Rogério Correia defendeu que o não pagamento do piso configura uma violação direta aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa. Para ele, a tipificação como improbabilidade é fundamental para garantir o cumprimento da legislação. "Hoje, muitos gestores burlam a lei justamente pela ausência de punições mais severas. Nosso objetivo é mudar essa realidade e transformar essa pauta em uma bandeira nacional", destacou.

A proposta deve avançar na Câmara dos Deputados, com expectativa de análise inicial na Comissão de Administração e Serviço Público. Poste-

riormente, o texto ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, seguirá para o Senado.

Outro ponto discutido na audiência foi a recente edição da Medida Provisória 1.334/26, que altera a forma de cálculo do reajuste do piso salarial. A nova regra considera a inflação medida pelo INPC somada a 50% da média de crescimento das receitas do Fundeb nos últimos cinco anos. A mudança busca dar maior previsibilidade aos gestores e garantir reajustes mais consistentes para a categoria.

O conselheiro substituto do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Telmo de Moura Passareli, destacou as dificuldades enfrentadas pelos órgãos de controle para garantir o cumprimento da lei. Segundo ele, o grande volume de casos e a morosidade dos processos dificultam a aplicação de sanções efetivas. Dados apresentados indicam que mais de 20 mil professores em Minas Gerais não receberam o piso em 2025.

"O Tribunal atua, fiscaliza e pune, mas muitas vezes enfrenta limitações estruturais. Precisamos de uma atuação mais articulada entre os órgãos de controle, pois ações isoladas não têm sido suficientes", avaliou.

A realidade também foi confirmada pelo diretor de Programas do Ministério da Educação, Armando Amorim Simões, que participou do debate de forma remota. Ele classificou como contraditória a



necessidade de criar novas leis para garantir o cumprimento de uma legislação já existente e prevista constitucionalmente.

Representando o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, a coordenadora-geral Denise de Paula Romano apresentou sugestões para aprimorar o projeto. Entre as propostas está a exigência de maior transparência na aplicação dos recursos educacionais e a obrigatoriedade de comprovação documental por parte dos gestores que alegarem in-

suficiência financeira para cumprir o piso.

Segundo ela, é comum que o descumprimento da lei seja justificado com base em limitações orçamentárias, sem a devida comprovação. "É preciso garantir que os recursos sejam, de fato, aplicados corretamente e priorizem o pagamento do piso. A ausência de fiscalização mais rigorosa acaba abrindo brechas para o descumprimento", afirmou.

A audiência evidenciou que, apesar dos avanços legislativos, a efetivação do piso salarial dos professores

ainda enfrenta desafios estruturais e políticos. A expectativa dos participantes é que a aprovação do projeto de lei contribua para fortalecer a valorização da carreira docente e assegurar o cumprimento de um direito já garantido em lei.

O debate reforça a urgência de medidas mais eficazes para garantir que a educação pública brasileira conte com profissionais valorizados e condições adequadas de trabalho, reconhecendo o papel fundamental dos professores na formação da sociedade.

Servidores públicos relatam burocracia e dificuldades para garantir redução de jornada ao cuidar de filhos com autismo

Pais e mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista que atuam como servidores públicos estaduais em Minas Gerais denunciaram entraves burocráticos e desgaste emocional para garantir um direito previsto em lei: a redução da jornada de trabalho para acompanhamento dos filhos. As reclamações foram apresentadas durante reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada nessa segunda-feira (27).

O benefício está assegurado pela Lei Estadual 9.401 de 1986, regulamentada pelo Decreto 27.471 de 1987, que permite a redução da carga horária para até 20 horas semanais ao servidor responsável por pessoa com deficiência em tratamento especializado. No entanto, apesar da garantia legal, servidores relataram dificuldades recorrentes para renovar o benefício, que possui validade de apenas seis meses.

A presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo, Luzana de Assis Moreira, que é mãe de uma criança com autismo, descreveu o processo como desgastante e excessivamente burocrático. Segundo ela, a necessidade de reapresentar documentos constantemente gera insegurança e instabilidade.

"Quando a resposta de um pedido chega, muitas vezes já está na hora de iniciar outro processo. É uma rotina exaustiva", relatou. Luzana também lembrou que, em 2021, durante a pandemia de Covid-19, teve a renovação negada e precisou retornar à jornada integral de 40 horas semanais. "Foi um caos", afirmou.

Outro ponto levantado pelos servidores diz respeito à ajuda de custo para alimentação. De acordo com os relatos, há variações e descontos considerados inexplicáveis nos contracheques. Luzana apresentou casos em que os valores descontados variaram de R\$ 61,11 a mais de

R\$ 1.100 em um único mês. "Todo mês é uma surpresa, e ninguém consegue explicar esses descontos", criticou.

A servidora Valéria Ferreira Borges, que atua no Sistema Estadual de Meio Ambiente e também é mãe de uma criança autista, destacou a rotina intensa de cuidados, que inclui acompanhamento com diversos profissionais, como fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Segundo ela, além do desgaste emocional, há impacto financeiro significativo, já que muitas despesas são custeadas pela própria família.

"Até quando vou conseguir pagar esses tratamentos?", questionou. Ela ainda ressaltou que o cuidado vai além das consultas, envolvendo o chamado manejo em casa, que exige presença constante e dedicação integral da família. Para conseguir conciliar as demandas, Valéria afirmou que só mantém o equilíbrio graças ao regime de teletrabalho. "O desgaste físico,

emocional e psicológico é enorme", disse.

A discussão também trouxe à tona a realidade de outras famílias atípicas. A neuropsicopedagoga Karla Aparecida Coelho, mãe de dois adultos com autismo, compartilhou sua trajetória marcada por desafios e superação. Moradora de Divino, na Zona da Mata, ela decidiu se especializar na área para melhor atender às necessidades dos filhos.

"Eu percebi que a única constância na vida deles sou eu. Então, precisei me capacitar para garantir o melhor cuidado possível", afirmou. Atualmente, Karla atua como especialista, escritora e palestrante, apoiando outras mães. Para ela, é fundamental ampliar o suporte às famílias. "Nenhuma mãe deveria adoecer para provar que precisa de ajuda", declarou.

Diante das dificuldades relatadas, o deputado estadual Cristiano Silveira apresentou o Projeto de Lei 1.529/23, que propõe a criação da política pública "Cui-

dar de quem cuida". A iniciativa busca oferecer suporte aos cuidadores de pessoas com deficiência, incluindo capacitação de servidores, orientação sobre direitos e incentivo à formação de redes de apoio.

Segundo o parlamentar, a ausência de políticas estruturadas acaba transferindo às famílias responsabilidades que deveriam ser compartilhadas pelo Estado. Ele destacou ainda que apenas cerca de 30% das crianças com deficiência têm acesso ao atendimento educacional especializado, o que agrava a sobrecarga dos pais.

Representando o governo estadual, o subsecretário de Gestão de Pessoas, Caio Magno Lima Campos, explicou que a legislação atual que regula o benefício pode estar defasada, já que foi criada na década de 1980. Ele defendeu a necessidade de atualização das normas para melhor atender à realidade atual.

Já o superintendente de Políticas Temáticas Transversais da Secretaria de Desenvolvimento Social, Carlos Alberto dos Santos Junior, destacou ações em andamento, como a elaboração de cartilhas de atendimento humanizado e capacitações para emissão da carteira de identificação da pessoa com autismo.

Apesar das iniciativas, o debate evidenciou que ainda há um longo caminho para garantir condições adequadas às famílias atípicas. A principal reivindicação dos servidores é a simplificação dos processos, a ampliação do prazo de validade dos laudos médicos e maior estabilidade no acesso ao benefício.

A audiência reforçou a necessidade de políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade dos cuidadores, reconhecendo o papel fundamental dessas famílias na promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

DESPERTA MULHER

Evento une negócios, autoconhecimento e autocuidado em uma experiência transformadora

A cidade de Montes Claros será palco de uma proposta inovadora voltada ao universo feminino

No próximo dia 11 de maio de 2026, a cidade de Montes Claros será palco de uma proposta inovadora voltada ao universo feminino. A partir das 18h20, o Empório São Carlos, localizado no bairro Ibituruna, receberá o evento "Desperta Mulher", uma experiência que promete conectar crescimento profissional, desenvolvimento pessoal, posicionamento estratégico e autocuidado em um único ambiente.

Idealizado a partir de vivências reais e da escuta ativa de mulheres em diferentes fases da vida e da carreira, o projeto surge como resposta a uma demanda cada vez mais evidente: a busca por equilíbrio entre sucesso profissional e bem-estar emocional. A iniciativa reúne especialistas que atuam diretamente com o público feminino e que, ao longo de suas trajetórias, identificaram desafios comuns enfrentados por mulheres que desejam crescer sem abrir mão da saúde mental, da autoestima e da autenticidade.

À frente da organização está Bia Reis, mãe, empreendedora

e consultora empresarial com ampla experiência no desenvolvimento de pequenos negócios. Graduada em Administração de Empresas, Bia possui MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e atualmente cursa MBA Executivo na Fundação Instituto de Administração. Sua trajetória inclui mais de 12 anos de atuação no Sebrae Minas, onde contribuiu diretamente para a capacitação e fortalecimento de empreendedores. Hoje, ela conduz consultorias, treinamentos e mentorias com foco no crescimento empresarial aliado ao desenvolvimento humano.

O evento também contará com a participação da biomédica Lorena Cesário Bandeira Félix, que atua há cinco anos na área de estética avançada e harmonização facial. Com experiência consolidada em procedimentos voltados ao rejuvenescimento e à valorização da beleza natural, Lorena também exerce a função de perita judicial em danos estéticos. Seus atendimentos são realizados em cidades do Norte de Minas, como

Varzelândia e Januária, sempre com foco na segurança, no bem-estar e no fortalecimento da autoestima feminina.

Completando o time de especialistas, a estrategista Moniky Moura Stadler traz ao evento sua expertise em posicionamento pessoal e de marca. Seu trabalho é voltado para auxiliar mulheres a construir uma imagem forte, coerente e autêntica, utilizando ferramentas como os arquétipos para desenvolver clareza, autoridade e presença no mercado. Moniky também possui formação em Fisioterapia e especialização em Estética Avançada e Harmonização Facial, o que amplia sua visão sobre imagem e identidade.

A proposta do "Desperta Mulher" vai além de palestras ou conteúdos isolados. O evento foi estruturado como uma jornada de conexão e troca, onde mulheres empreendedoras, profissionais liberais e todas aquelas interessadas em evolução pessoal poderão vivenciar momentos de aprendizado, reflexão e networking qualificado. A iniciativa reforça a ideia

de que o sucesso profissional está diretamente ligado ao autoconhecimento, à forma como a mulher se posiciona no mundo e ao cuidado que dedica a si mesma.

Em um cenário onde o empreendedorismo feminino cresce de forma significativa, especialmente no Norte de Minas, eventos como esse ganham relevância por promoverem não apenas capacitação técnica, mas também fortalecimento emocional e construção de redes de apoio. A proposta dialoga com uma nova geração de mulheres que buscam propósito, equilíbrio e resultados sustentáveis em suas trajetórias.

As inscrições para o evento já estão abertas e podem ser realizadas por meio da plataforma Sympla, através do link disponibilizado pela organização. A expectativa é reunir um público engajado e disposto a investir em seu próprio desenvolvimento de forma consciente e estratégica.

Mais do que um encontro, o "Desperta Mulher" se apresenta como um movimento de transformação, incentivando



mulheres a despertarem para o seu potencial, fortalecerem suas identidades e construírem caminhos de sucesso alinhados com seus valores e sua essência.

PIRAPORA

Inscrições abertas para a Copa Carranca de Futsal movimentam o esporte

A Prefeitura de Pirapora, por meio da Secretaria de Esporte, Juventude e Cultura, anunciou a abertura das inscrições para a primeira edição da Copa Carranca de Futsal. A iniciativa, que integra o calendário esportivo oficial do município, promete mobilizar atletas, incentivar a prática esportiva e fortalecer o desenvolvimento das categorias de base na cidade e em toda a região do Norte de Minas.

As inscrições são gratuitas e seguem abertas até o dia 15 de maio, oferecendo uma oportunidade

acessível para que equipes locais e regionais participem da competição. A expectativa é de grande adesão, especialmente entre jovens atletas, uma vez que o torneio contemplará diversas categorias masculinas: Sub-08, Sub-10, Sub-12, Sub-14 e Sub-16, além da categoria adulta feminina, reforçando o compromisso com a inclusão e o fortalecimento do esporte entre as mulheres.

Os jogos estão programados para começar no dia 22 de maio e serão realizados no Ginásio Polies-

portivo João Caíres de Oliveira, espaço tradicional que frequentemente recebe competições esportivas e eventos de grande porte na cidade. A estrutura do ginásio deve proporcionar condições adequadas tanto para os atletas quanto para o público, incentivando a participação da comunidade.

De acordo com a organização, a Copa Carranca de Futsal surge como uma importante ferramenta de incentivo à prática esportiva desde as categorias iniciais, promovendo não apenas o desenvolvimento

físico, mas também valores como disciplina, trabalho em equipe e integração social. A iniciativa também busca revelar novos talentos e fortalecer o cenário esportivo local.

Outro destaque da competição é o incentivo ao futebol feminino, que vem ganhando cada vez mais espaço e visibilidade no cenário esportivo regional. Ao incluir a categoria adulta feminina, o torneio amplia as oportunidades para atletas mulheres, contribuindo para a valorização e o crescimento da modalidade.

A realização do evento reforça o papel do poder público municipal no fomento ao esporte como instrumento de transformação social. Além de promover saúde e qualidade de vida, ações como essa contribuem para o engajamento da juventude, oferecendo alternativas positivas de lazer e desenvolvimento.

As equipes interessadas em participar da Copa Carranca de Futsal ou obter mais informações devem entrar em contato pelo telefone (33) 99914-2289,

com o educador físico responsável pela organização, Guto, que está à disposição para orientar os inscritos e esclarecer dúvidas sobre o regulamento da competição.

Com a proposta de se consolidar no calendário esportivo de Pirapora, a Copa Carranca de Futsal já desponta como uma iniciativa promissora, capaz de unir esporte, inclusão e desenvolvimento social, fortalecendo ainda mais a cultura esportiva no município e em toda a região.

Bandeira amarela encarece conta de luz em maio

Cemig orienta consumidores sobre economia de energia

Os consumidores mineiros devem ficar atentos à conta de luz no mês de maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica anunciou a adoção da bandeira tarifária amarela, o que representa custo adicional na fatura de energia elétrica. Diante desse cenário, a Cemig reforça a importância do consumo consciente e apresenta orientações práticas para evitar aumento no valor final.

Com a mudança, haverá acréscimo de R\$ 1,88 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A decisão da Aneel está relacionada à redução das chuvas neste período de transição entre a estação chuvosa e o período seco, o que impacta diretamente a geração de energia pelas hidrelétricas. Como consequência, há necessidade de acionamento de usinas termelétricas, que possuem custo de produção mais elevado.

O engenheiro de Eficiência Energética da Cemig, Welhilton Adriano de Castro Silva, explica que pequenas mudanças de hábito podem fazer grande diferença no consumo mensal. "O consumo de energia depende, basicamente, da potência dos equipamentos e do tempo de uso. Ajustes simples na rotina já contribuem para reduzir gastos e minimizar o impacto

da bandeira tarifária", destaca.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias funciona como um indicativo mensal das condições de geração de energia no país. A bandeira amarela sinaliza custos moderados de geração e é aplicada a todos os consumidores brasileiros, independentemente da concessionária.

Dicas práticas para economizar energia**Chuveiro elétrico exige atenção**

Vilão conhecido da conta de luz, o chuveiro elétrico tende a ser ainda mais utilizado com a queda das temperaturas a partir de maio. Reduzir o tempo de banho e optar pela posição "verão" ou "morno" pode gerar economia de até 30%. Em uma residência com quatro pessoas, por exemplo, um chuveiro de 7.200 watts utilizado por 15 minutos diários pode consumir cerca de 220 kWh por mês.

Outra alternativa é investir em duchas eletrônicas, que permitem ajuste gradual da temperatura, evitando picos de consumo desnecessários.

Geladeira: uso consciente faz diferença

Evitar abrir a porta com frequên-

cia e não armazenar alimentos ainda quentes são atitudes fundamentais. Em períodos mais frios, também é possível ajustar o termostato para níveis mais baixos, reduzindo o gasto energético.

Eletrodomésticos com carga máxima

Equipamentos como máquinas de lavar e ferros elétricos devem ser utilizados com sua capacidade máxima sempre que possível. Isso reduz o número de ciclos e, consequentemente, o consumo de energia.

Evite o modo stand-by

Aparelhos eletrônicos em modo de espera continuam consumindo energia. Desligar equipamentos da tomada quando não estiverem em uso — como televisores, micro-ondas e receptores — pode representar economia significativa ao longo do mês.

Invista em eficiência energética

Na hora de adquirir novos equipamentos, a recomendação é optar por modelos com selo Procel A, que garantem maior eficiência. Além disso, substituir lâmpadas incandescentes ou fluorescentes por modelos LED pode reduzir em até 75% o consumo



com iluminação.

Consumo consciente é fundamental

Com o impacto direto no bolso do consumidor, a bandeira amarela reforça a necessidade de mudança

de hábitos. A Cemig destaca que o uso racional da energia não apenas contribui para a redução da conta de luz, mas também ajuda na sustentabilidade do sistema elétrico nacional, especialmente em períodos de menor disponibilidade hí-

drica. Diante de um cenário de custos mais elevados na geração de energia, atitudes simples no dia a dia tornam-se essenciais para equilibrar o orçamento doméstico e evitar surpresas na fatura ao final do mês.

VIGILLAR
ALARMES ELETRÔNICOS



A GARANTIA DE QUEM MAIS ENTENDE DE SEGURANÇA

(38) 3222 6578 - comercial@vigillaralarmes.com.br



Comida di Buteco no calendário oficial de eventos de Montes Claros

O prefeito de Montes Claros, Guilherme Augusto Guimarães de Oliveira, sancionou e foi publicado no Diário Oficial do município, na última quarta-feira, 22 de abril, a Lei 5.975 que inclui o Concurso Comida di Buteco (CdB) no Calendário Oficial de Eventos de Montes Claros, a ser realizado anualmente para os meses de abril e maio.

O Projeto de Lei (PL) de autoria do vereador Eduardo Vinícius Soares Ferreira (Eduardo Preto), do PODEMOS, foi apresentado na reunião ordinária da Câmara Municipal no último dia 14 de abril, através do requerimento nº 61 de 2026, que propôs a inclusão do CdB no Calendário Oficial de Eventos do município. O projeto foi aprovado por unanimidade por todos os vereadores.

O Concurso Comida di Buteco, um dos maiores e mais tradicionais movimentos de valorização da cultura de culinária raiz brasileira, sendo realizado há 26 anos em todo o Brasil e há 19 anos em Montes Claros.

O CdB tem papel fundamental no incentivo à culinária raiz, no fortalecimento da economia local e na valorização dos pequenos empreendedores. Também contribui diretamente para a geração de emprego e renda, movimentando

diversos setores durante sua realização, entre eles o turismo.

Ao promover os bares e pequenos empreendimentos do município, através deste evento, estamos fomentando nossa economia local, gerando emprego e renda, movimentando os bares com a gastronomia local e valorizando a nossa cultura.

Autor da proposta, o vereador Eduardo Preto destacou a relevância do CdB para o município. “O Comida di Buteco já faz parte da identidade cultural de Montes Claros. É um evento que movimenta a economia, fortalece os pequenos negócios e valoriza a nossa culinária raiz. Inserir-lo no calendário oficial é reconhecer sua importância e garantir ainda mais visibilidade e apoio institucional”, afirmou o parlamentar.

Para Maria Eulália Araújo, uma das fundadoras do concurso desde sua criação, o reconhecimento é resultado de uma trajetória construída com propósito e paixão.

“O Comida di Buteco nasceu com o objetivo de transformar vidas por meio da cozinha de raiz, valorizando os butecos autênticos, que são extensão da casa das pessoas. Ver esse projeto ser reconhecido oficialmente em Montes Claros, cidade que abraçou o

concurso há quase duas décadas, é motivo de muito orgulho. É a confirmação de que estamos no caminho certo, fortalecendo a cultura e a economia local”, destacou.

História e consolidação

O Comida di Buteco nasceu em 1999, durante uma festa de fim de ano da extinta Rádio Geraes, quando Eduardo Maya, produtor do programa Momento Gourmet, João Guimarães, proprietário da emissora, e Maria Eulália Araújo, então gerente de marketing e comercial, idealizaram a criação de um evento voltado à valorização da cozinha de raiz e dos butecos de Belo Horizonte.

Com apoio financeiro e de mídia da Rádio Geraes, foi criado o primeiro concurso dedicado exclusivamente à cultura de buteco no Brasil. Em 2000, aconteceu a edição de estreia do Comida di Buteco, com a participação de 10 estabelecimentos. Já no primeiro ano, o evento conquistou o público e a crítica, consolidando seu potencial de crescimento.

Em 2005, com o encerramento das atividades da Rádio Geraes, o concurso tornou-se independente, dando origem à empresa Comida di Buteco Produções Gastronômicas Ltda. Nesse momento,

o CdB já se consolidava como o maior concurso do gênero no país.

Criado com a missão de resgatar e valorizar os butecos autênticos — espaços marcados pela simplicidade, pela boa comida e pelo ambiente democrático — o Comida di Buteco manteve, ao longo dos anos, sua essência: transformar vidas por meio da cozinha de raiz, preservando a identidade cultural desses estabelecimentos.

“Buteco”, com “U”, como dizem os mineiros, é sinônimo de autenticidade, sabor e acolhimento. E é justamente essa essência que o concurso preserva e promove, incentivando os estabelecimentos a crescerem sem perder sua alma.

Com o passar dos anos, o Comida di Buteco conquistou o público em todo o país, formando a chamada “nação butequeira” — apaixonada por experiências genuínas e pelos verdadeiros sabores do Brasil.

19 anos em Montes Claros

Em Montes Claros, essa é 19ª edição que tem uma galeria de 12 campeões diferentes que marcam história com seus tira-gostos: Bendita Espeteria (tricampeão: 2025, 2024 e 2022); Jiló Butiquim (2023); Thom Bar (tricampeão:

2021, 2014 e 2012); Carrancas Mercado (2019); Estação 23 (2018); Kina do Caipirão (2017); Universo do Beiju (2016); Bar dos Amigos (2015); Cantina do Léo (tricampeão: 2005, 2006 e 2010); Bar Barracão (2011); Bar da Tia Dalva (2013) e Bar do Divino (2007).

Butecos participantes 2026:

Balança Vento – Avenida Castelar Prates, 382 | Major Prates
Bar do Kal – Rua Antônio Martins, 50 | Santos Reis
Bar do Soró – Rua Coronel Joaquim Sarmento, 596 | São José Botiquim – Avenida Doutor Sidney Chaves, 895 | Edgar Pereira
Cantina da Paty – Rua A, 200 – Alameda | Acácias

Carrancas Grill – Rodovia BR-365, 267 (No posto Abrantes. Saída para Pirapora) | Major Prates
Diferencial Bar – Av. Pedro Mendonça, 93 | Santos Reis
Divino's Bar – Rua Luiz Ruas, 62 | Santos Reis

DogMania – Alameda Beija-Flor, 390 | Jardim Primavera
Gordo's Bar – Rua Raul Correa, 226 | Funcionários
Imperial Bar – Rua Campo Belo, 1455 | Vila Sumaré
Kentura 2 – Rua Santa Maria, 662 | Todos os Santos
Liu Casa Bar – Espírito Santo ,

246 | Esplanada
Moc Sabor – Avenida Nossa Senhora de Fátima, 7, | São Judas Tadeu I

Nobres Bar – Avenida A, 981 | Jardim Primavera
Pé de Cana – Avenida Ampere, 462 | Lourdes
Petisco de Ouro – Júlio Takaki, 221 | São Judas Tadeu

São Bento Espeteria – Rua Barão do Rio Branco, 253 | Centro
Uai Fai Bar MOC – Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1232 | Maracanã
Villa Espeteria – Rua Genésio Tolentino, 15 | Cidade Nova

Serviço:

Comida di Buteco 2026 – Montes Claros

Empresas patrocinadoras em Montes Claros:

Cerveja Oficial: Amstel
Apresentador: Knnor

Patrocinadores: Santander/GetNet, Sebrae, Fys, Copagaz
Apoiadores: McCain, Seara, Abrasel, Chandon, Boxnet, Alternativa Publicidade, Germer Porcelanas, CDL Montes Claros

Promoção: Inter TV Grande Minas
Período do concurso: 10 de abril a 03 de maio

20 butecos participantes
Votação aberta ao público nos butecos, a partir do dia 10/04.



Vereador Eduardo Preto



“COLUNA DE AREIA”

Operação mira esquema milionário de sonegação e lavagem de dinheiro em Minas Gerais

Durante as diligências, as equipes apreenderam celulares, computadores, documentos e outros materiais considerados relevantes para o avanço das investigações

Uma força-tarefa coordenada pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de Minas Gerais deflagrou, na manhã desta terça-feira (28), a Operação Coluna de Areia, com o objetivo de desarticular um sofisticado esquema de sonegação fiscal, fraude contábil e lavagem de dinheiro envolvendo empresas do setor da construção civil em Minas Gerais.

A ação foi conduzida de forma integrada pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e pelo Ministério Público de Minas Gerais, com apoio das polícias Militar e Civil. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão nos municípios de Belo Horizonte, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Rio Acima, atingindo sedes de empresas e residências de empresários e funcionários investigados.

Durante as diligências, as equipes apreenderam celulares, computadores, documentos e outros materiais considerados relevantes para o avanço das investigações. Também foi determinada a indisponibilidade de ativos financeiros dos envolvidos, cujo valor total ainda está

sendo apurado pelas autoridades.

Esquema estruturado e prejuízo milionário

De acordo com as investigações conduzidas pela Coordenadoria Regional de Defesa da Ordem Econômica e Tributária de Belo Horizonte (Caoet-BH), o grupo empresarial teria estruturado um modelo de atuação voltado à prática sistemática de sonegação fiscal. O valor estimado da dívida ultrapassa R\$ 26 milhões em ICMS aos cofres públicos estaduais.

Segundo os órgãos responsáveis, o imposto era regularmente cobrado dos consumidores finais, embutido no preço dos produtos comercializados pelas empresas. No entanto, os valores arrecadados não eram recolhidos ao Estado, sendo desviados para um complexo esquema de ocultação patrimonial.

As apurações indicam que os recursos eram direcionados a empresas de fachada e a terceiros, com o objetivo de dificultar o rastreamento e impedir a recuperação dos valores devidos. Há indícios de manipulação contábil, com uso de lançamentos fictícios,

omissão de receitas e comercialização de mercadorias sem a devida emissão de notas fiscais.

O esquema contava com a participação de, pelo menos, 19 pessoas jurídicas interligadas. Essas empresas eram utilizadas estrategicamente para pulverizar responsabilidades, promover constantes alterações societárias e criar obstáculos à atuação dos órgãos de fiscalização.

Combate a devedores contumazes

A Operação Coluna de Areia integra uma nova diretriz do Cira-MG, que passou a priorizar o combate a

devedores contumazes — aqueles que adotam a sonegação como prática recorrente e estruturada de negócio.

Para os órgãos envolvidos, esse tipo de conduta causa prejuízos significativos não apenas aos cofres públicos, mas também à concorrência leal, ao favorecer empresas que atuam à margem da legalidade em detrimento daquelas que cumprem suas obrigações fiscais.

A auditora fiscal da Receita Estadual, Caroline Zanforlim, destacou o impacto social da prática. Segundo ela, os recursos sonegados deixam de ser aplicados em áreas essenciais como saúde, educação e

segurança pública.

“A dívida em aberto é de R\$ 26 milhões, e esse valor faz falta para a sociedade, pois poderia ser investido em serviços fundamentais. A atuação da Secretaria de Fazenda busca garantir justiça fiscal, concorrência equilibrada e o bem-estar da população”, afirmou.

Força-tarefa mobilizada

A operação mobilizou uma ampla estrutura de servidores e agentes públicos. Participaram da ação três promotores de Justiça, 37 auditores fiscais da Receita Estadual, 31 policiais militares, nove policiais civis, dois bombeiros militares e dez

servidores do Ministério Público.

As investigações seguem em andamento e novas medidas não estão descartadas. O material apreendido será analisado para aprofundar a apuração dos crimes e identificar outros possíveis envolvidos no esquema.

Com a operação, o Estado reforça o enfrentamento aos chamados crimes de “colarinho branco” e reafirma o compromisso com a transparência, a legalidade e a proteção dos recursos públicos, considerados essenciais para o desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais.



HDG realiza ampla programação no Abril Verde

Ações em Montes Claros e Pirapora, marcam mês de conscientização, prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) do Hospital Dilson Godinho (HDG), durante o mês de abril, marcou a campanha Abril Verde, uma ampla programação de treinamentos e ações educativas, reforçando o compromisso da Instituição com a saúde, a segurança dos colaboradores e a sustentabilidade dos processos assistenciais.

O Abril Verde faz parte de um movimento nacional voltado à conscientização sobre a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e foram realizadas em Montes Claros e nas Unidades Extensivas de Oncologia e Hemodiálise de Pirapora, ampliando o alcance das ações e garantindo a padronização das práticas seguras em todas as frentes de atuação, com programação de continuidade para as outras

Extensões.

Também foram promovidos treinamentos específicos para as equipes de Limpeza, Rouparia, Farmácia da matriz, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Patologia e Hemodiálise, considerando os riscos ocupacionais característicos de cada setor.

As capacitações também enfatizaram a importância da saúde mental, destacando como fatores psicológicos como estresse, sobrecarga e ansiedade podem contribuir diretamente para a ocorrência de acidentes e falhas operacionais.

Para o coordenador do SESMT, Samuel de Carvalho, as ações têm papel essencial na transformação da cultura organizacional: "Os treinamentos vão além do cumprimento de normas. Eles desenvolvem uma consciência coletiva sobre segurança, estimulam atitudes preventivas e reduzem

significativamente a exposição a riscos. Isso reflete diretamente na redução de acidentes, afastamentos e no fortalecimento de um ambiente de trabalho mais seguro e humanizado", destacou.

Já o diretor-presidente do HDG, Helder Leone Alves de Carvalho reforçou o impacto institucional das iniciativas: "Investir em segurança e saúde ocupacional é investir na continuidade e na qualidade dos nossos serviços. Quando protegemos nossos colaboradores, reduzimos afastamentos, aumentamos a eficiência operacional e garantimos um atendimento mais seguro aos nossos pacientes", ponderou Leone.

Números preocupantes

A iniciativa ganha ainda mais relevância diante do cenário nacional. Dados recentes do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho do Governo Federal

(Smartlab), apontam que o Brasil registrou mais de 724 mil acidentes de trabalho em 2024, com predominância de ocorrências típicas no ambiente laboral.

Desse total, mais de 60% resultaram em afastamentos de até 15 dias, enquanto cerca de 12% geraram afastamentos superiores, impactando diretamente a produtividade das organizações e a vida dos trabalhadores.

Ainda segundo levantamentos oficiais, o país chegou a registrar mais de 834 mil acidentes no mesmo período, incluindo casos com incapacidade permanente e até óbitos, evidenciando a magnitude do problema.

Nesse contexto, o SESMT do Hospital Dilson Godinho executou treinamentos estratégicos com foco em saúde, segurança ocupacional e meio ambiente, abordando desde a prevenção de riscos até práticas sustentáveis no

ambiente hospitalar.

Capacitação CIPA

Outro marco importante do mês foi a capacitação da nova gestão da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do HDG, em Montes Claros. A formação teve como objetivo preparar os membros para atuar de forma ativa na identificação de riscos, proposição de melhorias e promoção da cultura de prevenção dentro da instituição.

A capacitação foi conduzida pela Técnica de Segurança do Trabalho, Silene Oliveira Cruz, que ressaltou: "Uma CIPA bem treinada é fundamental para antecipar riscos e fortalecer a prevenção no dia a dia. Os membros passam a atuar como multiplicadores da segurança, contribuindo para um ambiente mais protegido e consciente", explicou.

A importância da CIPA também

é reforçada por quem vivencia essa atuação na prática. A colaboradora Karla Patrícia Borges de Oliveira, da equipe de Higiene e Limpeza e membro da comissão, compartilha sua experiência: "A CIPA representa muito mais do que uma obrigação dentro da empresa. Para mim, fazer parte da CIPA é ter a oportunidade de contribuir diretamente para um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, além de reforçar a importância de agir sempre com responsabilidade", disse.

Com uma abordagem integrada, que une segurança, saúde física e mental e sustentabilidade, o Hospital Dilson Godinho reafirma, por meio das ações do Abril Verde, seu compromisso com a valorização da vida, a excelência operacional e a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro e consciente.



PREVMOC Itinerante leva atendimento previdenciário e ações de bem-estar ao CAIC Maracanã

A aproximação entre o serviço público e os servidores municipais ganhou mais um importante capítulo na última sexta-feira de abril (24), com a realização de mais uma edição do programa PREVMOC Itinerante. A ação, promovida pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, aconteceu nas dependências do CAIC Maracanã, reforçando o compromisso com a descentralização dos atendimentos e o acesso facilitado à informação previdenciária.

A iniciativa tem como principal objetivo levar orientação especializada diretamente aos locais de

trabalho dos servidores, reduzindo barreiras de deslocamento e ampliando o alcance dos serviços oferecidos pelo Instituto. Durante a ação, foram realizados diversos atendimentos individualizados, com esclarecimento de dúvidas, orientações sobre direitos previdenciários, benefícios e planejamento para aposentadoria.

Segundo a organização, o PREVMOC Itinerante tem se consolidado como uma ferramenta estratégica de comunicação e acolhimento, promovendo maior proximidade com o funcionalismo público municipal. A proposta é garantir que os servidores te-

nham acesso claro e transparente às informações que impactam diretamente sua vida profissional e financeira.

Um dos destaques desta edição foi a participação significativa dos professores do CAIC Maracanã, público considerado essencial dentro da estrutura do serviço público municipal. A presença dos educadores fortaleceu o diálogo entre o Instituto e a categoria, permitindo que demandas específicas fossem discutidas de forma mais direta e personalizada.

Além do atendimento previdenciário, a ação também contou com a parceria da equipe do Pro-

grama Saúde aos Montes, que ofereceu práticas voltadas ao bem-estar dos participantes. Entre os serviços disponibilizados estiveram sessões de ventosaterapia e aromaterapia, proporcionando momentos de cuidado, relaxamento e atenção à saúde integral dos servidores.

A integração entre orientação técnica e ações de saúde reforça uma abordagem mais humanizada do serviço público, reconhecendo a importância do equilíbrio entre vida profissional e bem-estar físico e emocional. Para muitos participantes, a iniciativa representou não apenas uma oportunidade de

esclarecer questões burocráticas, mas também um momento de valorização e cuidado.

Outro ponto relevante do PREVMOC Itinerante é seu papel na democratização do acesso à informação. Muitos servidores enfrentam dificuldades para comparecer à sede do Instituto devido à rotina de trabalho ou limitações logísticas. Ao levar os serviços até essas pessoas, o programa contribui para reduzir desigualdades no acesso e fortalecer a cultura previdenciária entre os trabalhadores do município.

Com resultados positivos e

crescente adesão, o PREVMOC Itinerante segue como uma das principais iniciativas voltadas à valorização do servidor público em Montes Claros. A expectativa é de que novas edições continuem sendo realizadas em diferentes unidades e regiões da cidade, ampliando ainda mais o alcance do programa.

A ação reafirma o compromisso da administração municipal com a transparência, a eficiência e o cuidado com aqueles que atuam diariamente na prestação de serviços à população, consolidando uma gestão mais próxima, acessível e humanizada.

Ginásio Ana Lopes é confirmado como sede do Campeonato Mineiro de Futsal com quatro categorias

A cidade de Montes Claros volta a se destacar no cenário esportivo estadual ao ser confirmada como uma das sedes do Campeonato do Interior de Futsal. O Ginásio Poliesportivo Ana Lopes receberá as fases iniciais da competição, conforme anunciado pela Federação Mineira de Futsal por meio do Boletim 19/2026, publicado na última sexta-feira (24).

A confirmação reforça os investimentos realizados pela Prefeitura na modernização e estruturação dos equipamentos esportivos, permitindo que o município continue sediando eventos de grande relevância no calendário esportivo mineiro. A competição contará com a participação de equipes em quatro categorias, envolvendo atletas das categorias de base e do adulto feminino.

A programação começa já no feriado de 1º de maio, com uma rodada tripla e entrada gratuita para o público, incentivando a participação da comunidade e o fortalecimento do esporte local.

Categorias de base movimentam a competição

A primeira partida será válida pela categoria Sub-11 masculino. A equipe da Associação Montes-Clarense de Esportes Femininos em parceria com o Carlão Futsal (AMEF/Carlão), comandada pelo técnico João Batista Neto, conhecido como "Tista", entra em quadra às 18h para enfrentar o Monte Azul Esporte Clube.

No dia seguinte, 2 de maio, os jovens atletas voltam à quadra para mais um confronto regional, desta vez contra a equipe da Prefeitura de Pirapora. As equipes integram a Chave D e disputarão jogos em sistema de ida e volta, com sedes também em Monte Azul e Pirapora. Os dois melhores colocados avançam para as quartas de final.

Na sequência da rodada inaugural, o público poderá acompanhar também a estreia das equipes femininas Sub-15 e Sub-17 da AMEF/Carlão, que entram em quadra às 19h15 e

20h30, respectivamente, enfrentando novamente o Monte Azul Esporte Clube.

Nessas categorias, o formato da disputa é diferente: como há apenas duas equipes do Norte de Minas, os confrontos serão realizados em jogos de ida e volta, com a classificação definida pelo vencedor no placar agregado. As partidas decisivas estão previstas para o dia 13 de junho, na cidade de Monte Azul.

Adulto feminino também terá jogos em Montes Claros

Além das categorias de base, o Ginásio Ana Lopes também será palco dos jogos da Chave A do Campeonato do Interior Adulto Feminino. A equipe AMEF/Carlão, comandada pela treinadora Daiany Spínola, chega à competição como atual vice-campeã mineira, aumentando a expectativa por bons resultados.

A fase será disputada em formato regionalizado, com a participação de equipes tradicionais, como a Prefeitura de Bocaiúva, a ABB Curvelo e a Prefei-

tura de Salinas.

A estreia da equipe montes-clarense está marcada para o dia 22 de maio, às 20h30, contra a ABB/Curvelo. No dia seguinte, o confronto será diante da equipe de Bocaiúva, encerrando a participação na primeira fase no domingo (24), contra o time de Salinas.

Preparação e expectativa

A AMEF/Carlão chega embalada

para a competição, após uma pré-temporada considerada positiva. A equipe também representa Montes Claros na Copa InterTV, onde atualmente disputa as quartas de final, o que contribui para o ritmo de jogo e entrosamento das atletas.

A realização do Campeonato do Interior em Montes Claros reforça a importância do município

como polo esportivo do Norte de Minas, além de estimular o surgimento de novos talentos e valorizar o esporte feminino, que vem conquistando cada vez mais espaço.

Com entrada gratuita e uma programação diversificada, a expectativa é de grande público no Ginásio Ana Lopes, consolidando o evento como mais uma importante vitrine para o futsal regional e estadual.



Projeto “OAB na Praça” leva orientação jurídica gratuita à população do bairro Alice Maia

A promoção do acesso à justiça e o fortalecimento da cidadania marcaram a realização da primeira edição de 2026 do projeto “OAB na Praça”, que aconteceu no último sábado (25), na Praça Ernestina Ferreira Nunes, conhecida como Praça da Igreja Menino Jesus de Praga, no bairro Alice Maia, em Montes Claros.

A iniciativa é promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, por meio da 11ª Subseção, e tem como objetivo aproximar a advocacia da população, oferecendo orientação jurídica gratuita de forma acessível, humanizada e diretamente nas comunidades.

Durante toda a manhã, cerca de 100 advogados e advogadas voluntários participaram da ação, prestando atendimentos em diversas áreas do Direito, como família, previdenciário, trabalhista, civil, criminal e imobiliário. A iniciativa permitiu que moradores do bairro e regiões próximas tivessem acesso a informações essenciais sobre

seus direitos, muitas vezes difíceis de obter sem assistência especializada.

O evento contou com a presença do prefeito Guilherme Guimarães, que destacou a relevância de projetos voltados à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania. Segundo ele, a atuação da advocacia é fundamental para garantir direitos e promover justiça social.

“O trabalho dos advogados é essencial para a construção de uma sociedade mais justa. Iniciativas como o ‘OAB na Praça’ levam informação, orientação e dignidade à população, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social da nossa cidade”, afirmou o prefeito durante o evento.

A ação também contou com a participação do Governo Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, ampliando o alcance dos serviços oferecidos à comunidade. Além da orientação jurídica, os moradores tiveram acesso a atendi-

mentos na área da saúde, graças à parceria com instituições e profissionais que colaboraram com o evento.

De acordo com o presidente da OAB Montes Claros, Herbert Alcântara, o projeto tem como missão expandir o acesso à informação jurídica em diferentes regiões da cidade. “O ‘OAB na Praça’ chega a mais um bairro, ampliando nosso alcance e reforçando o compromisso da instituição com a sociedade, sempre buscando estar mais próxima da população”, destacou.

A presidente da Comissão de Direito da Família, Jéssica Morgana, também ressaltou o crescimento da iniciativa e o engajamento da classe jurídica. Segundo ela, o aumento no número de profissionais voluntários e de atendimentos demonstra o impacto positivo do projeto. “A participação expressiva dos advogados mostra o comprometimento da categoria. A cada edição, o projeto cresce e amplia



seu alcance social”, afirmou.

Outro ponto importante foi o apoio da Paróquia Menino Jesus de Praga, que contribuiu para a realização do evento e reforçou o caráter comunitário da ação. A parceria com instituições locais tem sido essen-

cial para garantir a estrutura necessária e ampliar o atendimento à população.

Combinando orientação jurídica, serviços de saúde e acolhimento social, o “OAB na Praça” se consolida como uma importante ferramenta de

inclusão e cidadania em Montes Claros. A expectativa é de que novas edições continuem sendo realizadas ao longo do ano, levando atendimento a diferentes bairros e fortalecendo o vínculo entre a advocacia e a comunidade.

Prefeitura intensifica vacinação contra gripe com campanha em Cemeis

A Prefeitura de Montes Claros vai ampliar as ações da Campanha de Vacinação contra a Influenza por meio de uma estratégia de busca ativa nas unidades de ensino infantil. A iniciativa, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, será realizada nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemeis), com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal entre os públicos prioritários.

A campanha nacional teve início no dia 28 de março e tem como meta imunizar pelo menos 90% dos grupos prioritários, reduzindo casos graves, internações e óbitos causados pelo vírus da gripe. Em consonância com essa meta, o município aposta na integração entre saúde e educação como ferra-

menta essencial para ampliar o alcance da vacinação.

As vacinas são consideradas uma das principais estratégias de saúde pública para prevenção de doenças e diminuição da morbimortalidade. No Brasil, o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, garante a oferta gratuita e segura dos imunizantes à população.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o ambiente escolar é um espaço estratégico para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, especialmente entre crianças. Além de facilitar o acesso à vacinação, a presença das equipes permite a verificação da situação vacinal dos

alunos e o encaminhamento para atualização das cadernetas.

A mobilização nas unidades escolares ocorrerá entre os dias 4 e 8 de maio, período destinado à organização logística, sensibilização das famílias e alinhamento entre as equipes pedagógicas e de saúde. Já a aplicação das vacinas está programada para o período de 11 a 15 de maio de 2026, sendo realizada exclusivamente nos Cemeis.

A ação será executada pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), com apoio da Secretaria Municipal de Educação, dentro das diretrizes do Programa Saúde na Escola. O programa atua como eixo estruturan-

te dessa integração, promovendo o planejamento conjunto entre profissionais da Atenção Primária à Saúde e as instituições de ensino.

A expectativa é de que a iniciativa contribua significativamente para elevar os índices de cobertura vacinal no município, além de reforçar a conscientização sobre a importância da imunização desde a infância.

Com a estratégia de levar a vacinação diretamente às escolas, a Prefeitura busca não apenas facilitar o acesso, mas também fortalecer a cultura de prevenção e cuidado com a saúde, envolvendo alunos, educadores e famílias em uma ação coletiva de proteção contra a gripe.



Declare amor. Doe esperança.

VEJA COMO FAZER. É MAIS SIMPLES DO QUE PARECE.

Você sabia que pode destinar parte do seu Imposto de Renda para ajudar crianças e adolescentes, sem pagar nada a mais por isso?

Passo 1 Na hora de preparar sua declaração, converse com seu contador e manifeste o interesse em destinar parte do seu Imposto de Renda ao **FIA – Fundo para a Infância e Adolescência**.

Esse é o primeiro passo para transformar a sua declaração em um gesto de solidariedade.

Passo 2 O contador realiza todo o processo de documentação e faz o direcionamento do imposto ao FIA, por meio do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) de Montes Claros.

Ou seja: é tudo feito dentro da própria declaração.

Passo 3 Depois da destinação, guarde o comprovante de pagamento da DARF referente à doação.

Em seguida, procure o Setor de Captação de Recurso da Santa Casa Montes Claros pelo telefone **3229-2024**, para assinar a carta de direcionamento.

PRONTO! UM GESTO SIMPLES QUE AJUDA A TRANSFORMAR HISTÓRIAS.

Conheça o seu direito:

A Lei Federal nº 8.069/90 permite destinar parte do Imposto de Renda ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que apoia instituições dedicadas à causa infanto-juvenil.

- Se você tem imposto a pagar, o valor destinado é deduzido do total.
- Se você tem imposto a restituir, o valor é acrescido à restituição.

***Válido para quem declara pelo modelo completo.**

Saiba mais: (38) 3229-2024

Fique atento ao prazo!
O período para a declaração do Imposto de Renda será do dia 16 de março ao dia 29 de maio.

SANTA CASA
MONTES CLAROS

DIAMANTINA

Polícia Militar prende homem com mandado de prisão em aberto

A Polícia Militar de Minas Gerais realizou, no último dia 27 de abril, a prisão de um homem de 31 anos que possuía mandado de prisão em aberto. A ação foi conduzida por militares do 3º Batalhão da Polícia Militar no bairro Arraial dos Forros, em Diamantina.

De acordo com as informações da corporação, a equipe policial tomou conhecimento da ordem judicial expedida pela Comarca de Paraopeba e iniciou diligências para localizar o suspeito. Durante o turno de serviço, os militares se deslocaram até o endereço onde ele poderia estar.

Ao chegarem ao local, a en-

trada dos policiais foi autorizada pela moradora da residência, garantindo a legalidade da ação. No interior do imóvel, o suspeito foi encontrado e imediatamente informado sobre a existência do mandado de prisão em seu desfavor.

Ainda conforme a Polícia Militar, o homem foi cientificado de seus direitos constitucionais no momento da abordagem. Em seguida, ele foi detido sem resistência e conduzido para a unidade da Polícia Civil de Minas Gerais, onde foram adotadas as demais providências legais cabíveis.

A operação integra as ações contínuas das forças de segurança

no combate à criminalidade e no cumprimento de ordens judiciais em toda a região. A atuação da Polícia Militar reforça o compromisso com a manutenção da ordem pública e a garantia da segurança da população, especialmente em cidades históricas como Diamantina, que possuem grande relevância cultural e turística no estado.

Casos como este evidenciam a importância da integração entre as instituições de segurança e o Poder Judiciário, assegurando que decisões judiciais sejam efetivamente cumpridas e contribuam para a responsabilização de indivíduos em situação irregular perante a Justiça.



PIRAPORA

Polícia Militar apreende grande quantidade de drogas e prende suspeito por tráfico

Uma operação da Polícia Militar de Minas Gerais resultou na prisão de um homem de 26 anos e na apreensão de uma grande quantidade de entorpecentes no bairro Bom Jesus, em Pirapora, no último dia 27 de abril. A ação foi conduzida por militares do 55º Batalhão da Polícia Militar e teve como base denúncias anônimas que apontavam a utilização de um imóvel como ponto de armazenamento e distribuição de drogas.

Segundo a corporação, as informações recebidas indicavam que o local estaria sendo utilizado para a guarda de entorpecentes oriundos de Uberlândia, com posterior distribuição para municípios do Norte de Minas. A partir dessas denúncias, os militares iniciaram um trabalho de monitoramento, durante o qual foi possível identificar movimentações típicas

do tráfico ilícito de drogas, reforçando as suspeitas.

Durante a tentativa de abordagem, o suspeito tentou fugir pulando muros de residências vizinhas, numa tentativa de escapar do cerco policial. No entanto, a rápida atuação das equipes permitiu a interceptação e contenção do indivíduo, que foi detido ainda nas proximidades do imóvel investigado.

Na sequência, os policiais realizaram buscas no interior da residência, onde localizaram uma quantidade expressiva de entorpecentes e materiais utilizados no preparo e na comercialização das substâncias. Ao todo, foram apreendidas oito barras de substância análoga à maconha, 12 tabletes de tamanhos variados da mesma droga, uma porção média adicional, além de uma porção de substância

semelhante ao haxixe. Também foram encontrados um aparelho celular, uma balança de precisão e materiais para embalagem, como plástico filme, comumente utilizados para fracionamento e distribuição da droga.

De acordo com a Polícia Militar, o suspeito já possui passagens anteriores pelo crime de tráfico de drogas. Durante a abordagem, ele teria confessado aos militares que havia adquirido recentemente cerca de 25 quilos de maconha, sendo que parte da carga já havia sido distribuída em cidades da região, como Buritizeiro e Várzea da Palma, além da própria Pirapora.

A ocorrência evidencia a atuação integrada e estratégica das forças de segurança no combate ao tráfico de drogas, especialmente no enfrentamento de redes de distribuição que abastecem di-



ferentes municípios do Norte de Minas. A apreensão representa um impacto significativo na cadeia de comercialização de entorpecentes na região.

O homem foi preso em flagrante e encaminhado à unidade da Polícia Civil de Minas Gerais de

plântão, juntamente com todo o material apreendido, onde foram adotadas as providências legais cabíveis. Ele permanece à disposição da Justiça.

A Polícia Militar reforça a importância da participação da população por meio de denúncias

anônimas, que têm sido fundamentais para o sucesso de operações e para a redução da criminalidade. O sigilo das informações é garantido, e a colaboração da comunidade contribui diretamente para a promoção da segurança pública.

JANUÁRIA

Operação da PM apreende mais de 10 mil papелotes de drogas e prende suspeito

Uma operação estratégica da Polícia Militar de Minas Gerais resultou na apreensão de uma grande quantidade de entorpecentes e na prisão de um suspeito por tráfico de drogas no município de Januária, no Norte do estado. A ação foi conduzida por militares do 30º Batalhão da Polícia Militar e teve como foco o combate ao armazenamento e distribuição de drogas na região do bairro Vila Viana.

De acordo com informações da corporação, a operação foi desencadeada após levantamentos de inteligência e monitoramento contínuo de uma área de mata localizada nas proximidades do bairro São João. O local já vinha sendo apontado como ponto estratégico utilizado por suspeitos para ocultar entorpecentes destinados à comercialização.

Após cerca de duas horas e meia de vigilância, os policiais militares identificaram a movimentação suspeita de dois indivíduos que adentraram a área de mata carregando volumes. Diante da fundada suspeita, os militares procederam com a abordagem, momento em que os suspeitos desobedeceram à ordem de parada e tentaram fugir.

Durante o acompanhamento, parte do material ilícito foi abandonada pelos indivíduos. Um dos suspeitos acabou sendo alcançado e preso pelos militares, enquanto o segundo conseguiu escapar pela vegetação e segue sendo procurado.

Nas diligências realizadas no local, os policiais localizaram e apreenderam uma expressiva quantidade de drogas. Ao todo,

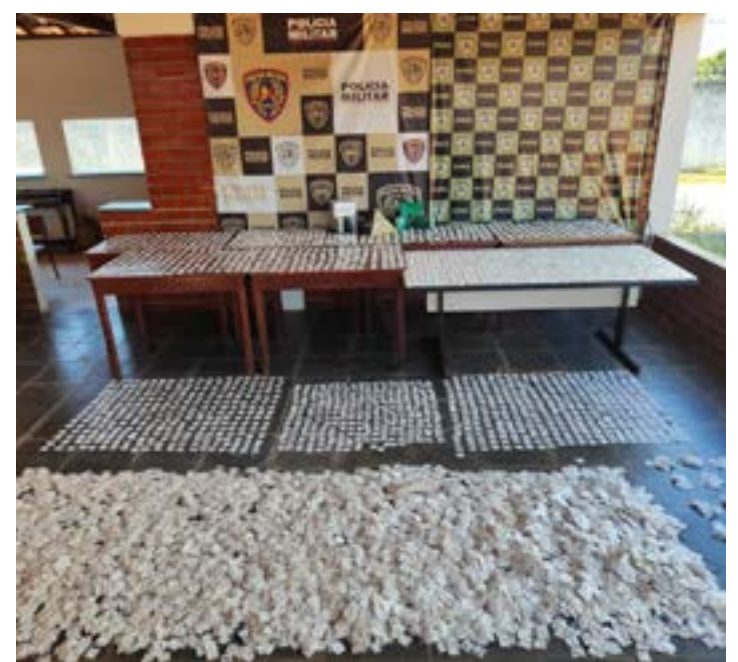
foram recolhidos mais de 10 mil papелotes de substância análoga à cocaína, além de quatro barras da mesma droga, com peso aproximado de um quilo cada. Também foram encontradas três barras de substância semelhante ao crack e dois aparelhos celulares, possivelmente utilizados para comunicação entre integrantes da atividade criminosa.

Segundo a Polícia Militar, o volume de entorpecentes apreendido indica a atuação de uma estrutura organizada de tráfico, com potencial de distribuição em larga escala na região. A apreensão representa um duro golpe na logística do crime, retirando de circulação uma quantidade significativa de drogas que seria comercializada em bairros de Januária e possivelmente em cidades vizinhas.

O suspeito preso foi encaminhado à unidade da Polícia Civil de Minas Gerais, juntamente com todo o material apreendido, onde foram adotadas as medidas de polícia judiciária cabíveis. Ele permanece à disposição da Justiça.

A operação reforça o compromisso da Polícia Militar no enfrentamento ao tráfico de drogas, destacando a importância do trabalho de inteligência, do monitoramento estratégico e da atuação integrada das equipes. A corporação também ressalta a relevância da participação da população, por meio de denúncias anônimas, como ferramenta fundamental para o sucesso das ações de segurança pública.

Com iniciativas como essa, a PMMG segue intensificando o combate à criminalidade no Nor-



te de Minas, buscando garantir mais segurança, tranquilidade e qualidade de vida para a população.

Polícia Militar procura suspeito de homicídio em Montes Claros após jovem ser morto a tiros

A Polícia Militar de Minas Gerais intensificou as buscas por um jovem de 24 anos apontado como suspeito de um homicídio registrado na noite dessa segunda-feira (27), na avenida Juca Malveira, no bairro Santa Rafaela, em Montes Claros.

A ocorrência foi atendida por equipes da 11ª Região da Polícia Militar, acionadas após relatos de disparos de arma de fogo em via pública. Ao chegarem ao local, os militares encontraram uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, que

já havia constatado o óbito da vítima, um jovem de 24 anos.

Segundo o médico responsável pelo atendimento, a vítima apresentava três perfurações causadas por disparos de arma de fogo, sendo uma na região do ombro, outra no braço esquerdo e uma terceira no abdômen, com orifício de entrada e saída. A gravidade dos ferimentos impossibilitou qualquer tentativa de reanimação.

Testemunhas relataram à polícia que, horas antes do crime, o jovem havia se envolvido em

um desentendimento com outro indivíduo em uma quadra esportiva localizada no bairro Tancredo Neves. Durante a discussão, houve luta corporal e ameaças, o que pode ter motivado o crime.

De acordo com o relato, após o episódio, a vítima deixou o local conduzindo uma motocicleta, acompanhada de uma testemunha, e seguiu até o bairro Santa Rafaela. Ao chegarem ao cruzamento da avenida Juca Malveira com a rua Frei Damião, a testemunha desembarcou.

Nesse momento, um homem em outra motocicleta se aproximou e efetuou diversos disparos contra o jovem.

Mesmo ferido, a vítima ainda tentou fugir correndo, mas caiu poucos metros à frente, não resistindo aos ferimentos e morrendo no local antes da chegada de socorro.

Após o crime, equipes da Polícia Militar iniciaram levantamentos e diligências, conseguindo identificar um suspeito, também de 24 anos. Os militares foram até a residência dele, no

bairro Tancredo Neves, porém o indivíduo não foi localizado e segue foragido.

A perícia técnica da Polícia Civil de Minas Gerais esteve no local para realização dos trabalhos de praxe, coletando evidências que possam auxiliar na investigação. O aparelho celular da vítima foi recolhido para análise, enquanto a motocicleta utilizada por ela foi removida para um pátio credenciado, já que familiares não compareceram para assumir a guarda do veículo.

As autoridades seguem em diligência contínua para localizar o autor do crime e esclarecer completamente as circunstâncias do homicídio. A Polícia Militar reforça que informações que possam contribuir com a investigação podem ser repassadas de forma anônima, garantindo o sigilo do denunciante.

O caso segue sob investigação, e a expectativa é de que, com o avanço das apurações, o suspeito seja localizado e responsabilizado judicialmente.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS				
Balança Patrimonial Exercícios Findos de 31/12/2025 e 31/12/2024				
BALANÇO PATRIMONIAL				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024				
(Em Reais)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
ATIVO				
CIRCULANTE				
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	427.197	36.789	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4	2.035.819	2.035.287	
BANCO/APLICAÇÕES FINANCEIRAS CONVENIOS PÚBLICOS	4	11.258.877	9.321.938	
CLIENTES SUS, OPERADORAS DE SAÚDE E PARTICULARES	5	31.384.703	26.850.840	
CRÉDITOS CONVENIOS PÚBLICOS	5	4.385.064	3.648.014	
OUTRAS CONTAS A RECEBER	5	542.515	1.527.128	
ESTOQUES	6	5.020.995	4.391.331	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		54.912.169	47.811.327,22	
NÃO-CIRCULANTE				
INVESTIMENTO	7	493.128	298.567	
IMOBILIZADO	8	31.733.675	27.487.539	
TOTAL DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE		32.226.804	27.786.106	
TOTAL DO ATIVO		87.138.973	75.597.433	
PASSIVO				
CIRCULANTE				
FORNECEDORES	9	16.866.268	12.319.891	
HONORÁRIOS MÉDICOS	4	4.217.381	3.953.051	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2	2.084.990	2.125.131	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS/FISCAIS A RECOLHER	10	7.830.452	7.335.957	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	12	3.090.615	2.454.788	
PARCELAMENTOS	10	4.990.605	4.370.431	
PROVISÕES - FÉRIAS	9	5.246.418	4.571.714	
CONVÊNIOS PÚBLICOS	11	11.237.517	9.255.030	
PROCESSOS TRABALHISTA - RESCISÕES	13	1.413.168	2.149.561	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	3	3.663.240	3.140.186	
CONTRATOS A FATURAR (SUS)	5	18.390.366	17.111.072	
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		79.031.021	68.786.812	
NÃO-CIRCULANTE				
PARCELAMENTOS	10	8.631.685	10.586.959	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	12	22.536.560	21.724.491	
FORNECEDORES	9	2.851.300	3.407.500	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	19	5.982.318	5.968.149	
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	13	163.000	230.425	
TOTAL DO PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		39.564.862	41.917.523	
PATRIMÔNIO SOCIAL				
FUNDO PATRIMONIAL		2.422.323	2.422.323	
RESERVAS DE DOAÇÕES E SUBVENÇÕES		8.124.315	4.965.111	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		94.320	94.320	
AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		18.487.847	18.487.847	
DÉFICITS ACUMULADOS		(60.585.714)	(61.076.502)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		(31.456.910)	(35.106.902)	
TOTAL DO PASSIVO		87.138.973	75.597.433	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024				
(Em Reais)				
	31/12/2025	31/12/2024		
RECEITAS OPERACIONAIS				
SUS	58.176.657	55.226.004		
OPERADORAS DE SAÚDE	26.028.957	20.852.788		
PARTICULAR	9.187.052	8.523.326		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.505.331)	(1.305.306)		
(-) GRATUIDADE	(54.760)	(129.178)		
OUTRAS RECEITAS	2.681.455	1.746.815		
CONVENIOS PÚBLICOS	<u>17.899.913</u>	<u>15.739.982</u>		
	112.413.943	100.654.435		
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS HOSPITALARES				
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(93.243.575)</u>	<u>(83.100.405)</u>		
	(93.243.575)	(83.100.405)		
SUPERÁVIT / (DEFICIT) OPERACIONAL	19.170.367	17.554.030		
DESPESAS OPERACIONAIS				
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>(10.363.676)</u>	<u>(7.279.827)</u>		
	(10.363.676)	(7.279.827)		
RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS				
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	1.185.201		
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	<u>(45.920)</u>	<u>(1.856.156)</u>		
	(45.920)	(670.955)		
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS				
RECEITAS FINANCEIRAS	570.617	587.180		
DESPESAS FINANCEIRAS	<u>(7.808.637)</u>	<u>(6.686.351)</u>		
	(7.238.020)	(6.099.171)		
RECEITAS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
INSS COTA PATRONAL	6.928.458	6.614.508		
ISENÇÃO USUFRUÍDA	(6.928.458)	(6.614.508)		
COFINS S/RECEITA	3.372.418	2.590.468		
ISENÇÃO USUFRUÍDA	(3.372.418)	(2.590.468)		
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	1.522.752	3.504.077		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO METODO INDIRETO				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024				
(Em Reais)				
	31/12/2025	31/12/2024		
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Superávit ou (Déficit) do Exercício	1.522.647	3.504.077		
Ajustes por:				
Ajustes de exercícios anteriores	(1.031.964)	(279.997)		
Depreciações e amortizações	3.500.822	2.793.591		
Superávit ajustado	3.991.505	6.017.670		
Redução (Aumento) nos ativos				
Clientes	(4.533.863)	(19.603.156)		
Estoques	(629.664)	(155.405)		
Convênios Públicos	(717.050)	871.956		
Outros créditos	984.613	(889.662)		
Aumento (Redução) nos passivos				
Fornecedores	3.990.178	(385.726)		
Salários e ordenados a pagar	(40.141)	339.071		
Obrigações fiscais e sociais	494.495	(801.964)		
Provisão para férias	674.704	(628.021)		
Provisão para contingências	(803.818)	(245.135)		
Repasses de honorários	264.330	1.028.377		
Outras contas a pagar	1.216.517	17.033.467		
Parcelamentos	(1.335.100)	228.909		
Convênios Públicos	1.982.487	4.809.169		
Caixa aplicado nas Atividades Operacionais	1.547.688	7.619.552		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de imobilizado	(4.782.211)	(5.115.443)		
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento	(4.782.211)	(5.115.443)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação (amortização) de financiamentos	1.447.896	658.332		
Caixa gerado nas Atividades de Financiamento	1.447.896	658.332		
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.204.878	3.162.441		
Caixa e Equivalentes no início do exercício	11.394.014	8.231.573		
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	<u>13.598.892</u>	<u>11.394.014</u>		
(Redução) Aumento	2.204.878	3.162.441		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em Reais)					
	Patrimônio Social	Reservas doações e subvenções	Reserva de Reavaliação	Superávit/Déficits acumulados	Total
Saldo em 31.12.23	2.422.323	4.965.111	18.582.166	(64.300.582)	(38.330.982)
Ajustes de exercícios anteriores				(279.997)	(279.997)
Superávit do exercício				3.504.077	3.504.077
Saldo em 31.12.24	2.422.323	4.965.111	18.582.166	(61.076.502)	(35.106.902)
Transferência Déficit Acumulados	(61.076.502)			61.076.502	
Ajustes de exercícios anteriores				(1.031.964)	(1.031.964)
Constituição de reserva		3.159.204		1.522.752	3.159.204
Superávit do exercício				1.522.752	1.522.752
Saldo em 31.12.25	(58.654.179)	8.124.315	18.582.166	490.788	(31.456.910)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Hospitalar de Montes Claros, constituída em 28 de setembro de 1987, com sede no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, é uma entidade civil de direito privado, sem finalidade lucrativa, reconhecida como de utilidade pública nas esferas municipal, estadual e federal, bem como detentora de certificação de filantropia, desenvolvendo atividades na área de assistência social e de saúde.

A finalidade institucional da Fundação consiste na prestação de assistência médico-hospitalar e paramédica, com prioridade ao atendimento gratuito de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sem qualquer forma de discriminação. Os serviços são prestados mediante prescrição médica, em regime de internação hospitalar e atendimento ambulatorial, por intermédio do Hospital Aroldo Tourinho, unidade mantida pela entidade.

Na data-base das demonstrações contábeis, o Hospital Aroldo Tourinho possui capacidade instalada de 185 leitos, dos quais 126 leitos oncovitais contratavam-se contratualmente com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em razão de sua natureza jurídica e de suas finalidades estatutárias, a Fundação enquadra-se como entidade beneficiária de assistência social, usufruindo de imunidade tributária, nos termos da legislação e da Constituição Federal aplicáveis à espécie. As atividades operacionais da entidade são financiadas, substancialmente, por recursos provenientes de atendimentos e repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), convênios com operadoras de saúde, atendimentos particulares e convênios públicos firmados com entes da União e do Estado, incluindo, entre outros, os programas Urgência e Emergência, Atenção à

Rede Resposta e Valora Minas.

No contexto de suas operações, a Fundação apresentou, ao longo do período recente, evolução de receita e expansão do volume assistencial, acompanhadas de melhora no desempenho econômico-operacional. Observou-se a manutenção de superávits nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, bem como geração operacional positiva, com EBITDA superior a R\$ 12 milhões nos exercícios de 2024 e 2025. Houve, ainda, crescimento do número de internações, diversificação relativa das fontes de receita e fortalecimento da estrutura operacional da entidade.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificou-se incremento do ativo imobilizado, inclusive em decorrência do reconhecimento de doação de terreno e da realização de novos investimentos. Também foram implementados aprimoramentos nos controles patrimoniais, com a reimplantação de sistema informatizado e a adoção de rotinas de cálculo de depreciação em base diária, com reflexos positivos na qualidade e na confiabilidade das informações contábeis.

Não obstante os avanços operacionais e patrimoniais observados, a Administração acompanha continuamente os indicadores econômico-financeiros da entidade, especialmente aqueles relacionados à liquidez, ao endividamento e à sustentabilidade patrimonial, considerando a relevância desses fatores para a continuidade e o equilíbrio das operações assistenciais.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis e conforme a Resolução CFC 1409/2012 ITG 2002, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo atendidas inclusive as orientações técnicas expedidas pelo Ministério da Saúde e demais disposições da Lei 12.101/2009, e pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade e Demais disposições complementares aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, estando apresentadas de forma comparativa em relação às demonstrações contábeis do exercício anterior, em moeda corrente nacional.

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2024, de forma a permitir a comparabilidade, conforme determina as Normas Brasileiras de Contabilidade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente e a todos os exercícios aprestados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Resolução do CFC n° 1.296/2010 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC n° 1.376/2011 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

c) Clientes e Outros Recebíveis:

Trata-se dos recebíveis em aberto dos contratos de prestação de serviços com os municípios. A Entidade não procedeu a constituição de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa, por apresentar histórico de contas a receber totalmente recebíveis.

d) Imobilizado:

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

e) Passivo Circulante e Não Circulante:

Circulante – A classificação das contas classificadas como circulantes quando: a) espera liquidar o passivo durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o passivo for mantido essencialmente para a finalidade de negociação; c) o passivo for exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a entidade não tiver direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação.

Não Circulante – A classificação das contas como não circulantes todos aqueles que não se classificam como sendo circulantes. Os itens classificados neste grupo foram avaliados pela administração e considerados que refletem a realidade na data das demonstrações dentro da melhor estimativa.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos:

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) Provisão de 13º Salário e Encargos:

Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

j) Despesas e Receitas:

Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

k) Apuração do resultado:

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2025, segundo o regime de competência.

l) Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. a entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

m) Ações em Promoção a saúde:

O benefício concedido como gratuidade nas ações em promoção a saúde, foram reconhecidos pelo valor efetivamente praticado, ou seja, baseado no custo efetivo das atividades.

n) Demonstração do Valor Adicionado

A instituição está dispensada da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado em conformidade com a ITG 2002 (R1).

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da instituição

	Exercício findo em	
	2025	2024
Caixa	7.253	9.078
Bancos conta Movimento	419.944	27.711
Bancos Recursos Públicos c/restrição	<u>385.753</u>	<u>275.831</u>
Total – R\$1	<u>812.950</u>	<u>312.620</u>
	Exercício findo em	
	2025	2024
Aplicações Recursos Próprios	1.912.819	2.034.287
Aplicações Recursos Públicos c/restrição	<u>10.873.123</u>	<u>9.046.107</u>
Total – R\$1	<u>12.785.942</u>	<u>11.081.394</u>

As aplicações financeiras em título de renda fixa estão avaliadas pelo custo histórico, acrescidas dos rendimentos auferidos durante o exercício até a data do Balanço.

NOTA 5 – CRÉDITOS A RECEBER

No ano de 2025 atendendo a Recomendação sobre a Constituição de Provisões para Contratos Assinados, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi lançado o valor de R\$ 18.390.366,12, contabilizados no Ativo e no Passivo. Esses valores representam o que foi contratado pelo SUS, conforme contrato P0312/23-01, referente ao período de 30/12/2025 a 29/12/2026, que serão realizados no exercício de 2026.

SUS, Operadoras de Saúde e Particulares:			Exercício findo em	
	2025	2024	2025	2024
SUS total	4.587.353	3.838.254		
Média/Alta Complexidade Administrativo/Extrapolamento	4.009.920	3.260.821		
Subvenções Contratadas SUS	577.433	577.433		
Operadoras de Saúde	18.390.366	17.111.072		
Part				

Remoto - probabilidade baixa de saída de recursos
Possível - nem provável e nem remoto
Provável - alta probabilidade de saída de recursos

COMPOSIÇÃO DOS PROCESSOS DE INDENIZAÇÃO E TRABALHISTA COM INDICAÇÃO GRAU PROVÁVEL:

	Exercício findo em	
	2025	2024
Cíveis – Indenizações	163.000	230.425
Trabalhista (1)	<u>1.413.168</u>	<u>2.149.561</u>
Total – R\$1	<u>1.576.168</u>	<u>2.625.121</u>

(1) O valor total de R\$ 1.413.168, refere-se às rescisões negociada judicialmente e que estão sendo pagas em parcelas.

Tem-se ainda os processos que conforme relatório do setor jurídico estão em andamento e tem seu grau de risco como possível e remoto, nos seguintes valores: Cíveis – Indenizações erros medico no valor de R\$ 6.271.874 e demais no valor R\$ 1.133.900.

NOTA 14 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO SUS

	Exercício findo em	
	2025	2024
Média/Alta Complexidade	29.887.410	28.226.202
Incentivos	10.975.594	9.882.680
Valoraminas	8.369.857	8.173.326
Incentivo Acordo Cooperação	<u>8.943.796</u>	<u>8.943.796</u>
TOTAL – R\$1	<u>58.176.657</u>	<u>55.226.004</u>

NOTA 15 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado apurado no exercício 2025, Superávit de R\$ 1.522.752, bem como, os resultados anteriores serão incorporados ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 14, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 16 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade a Resolução CFC nº. 1.296/2010 NBC TG 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 17 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi elaborada com a finalidade de evidenciar, de forma analítica e transparente, as alterações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido da Entidade ao longo do exercício. Essas movimentações abrangem, principalmente, a incorporação do resultado do período, os ajustes de exercícios anteriores e o acréscimo no patrimônio social decorrente da realização de reserva vinculada à doação de imobilizado, em conformidade com a legislação vigente e com as práticas contábeis aplicáveis.

No exercício de 2025, foram reconhecidos ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.031.964. Desse total, R\$ 673.137 referem-se ao estorno de receita do SUS registrada em duplicidade no exercício de 2024. O valor remanescente corresponde a compras realizadas e pagas antecipadamente em 2024, cujas respectivas notas fiscais não foram encaminhadas em tempo hábil para a devida contabilização naquele exercício.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Entidade recebeu, por doação da Prefeitura do Município de Montes Claros, um terreno posteriormente incorporado ao ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.159.204. Em decorrência desse fato, houve reflexo patrimonial correspondente, com registro do acréscimo no patrimônio social, conforme a natureza da operação e os critérios contábeis aplicáveis.

NOTA 18 - INFORMAÇÕES RELEVANTES

Gratuidade

O critério utilizado para a mensuração dos custos com Gratuidade considera a prestação de serviços em que o beneficiário não é obrigado a nenhuma contraprestação para fazer jus aos mesmos, considerando a valoração dos procedimentos realizados com base nas tabelas de pagamentos do SUS.

Isenção de Contribuições (INSS Patronal e COFINS)

A Entidade usufrui das isenções e imunidades de impostos por força do art.150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, inciso iii, parágrafo 7º da constituição federal de 05 de outubro de 1988, lei nº 9.532/2007, lei nº 12.101/2009 e decreto nº 8.242/2014, e a entidade atende aos requisitos legais para isenção das referidas contribuições, estando as mesmas contabilizadas em contas de resultado, nos seguintes valores:

	Exercício findo em	
	2025	2024
INSS	6.928.458	6.614.508
COFINS	<u>3.372.418</u>	<u>2.590.468</u>
Total – R\$1	<u>10.300.876</u>	<u>9.204.976</u>

Percentuais de atendimentos

A Fundação obteve os seguintes percentuais de atendimento:

	Exercício findo em	
	2025	2024
SUS	71%	73%
CONVÊNIO	27%	18%
PARTICULAR	<u>2%</u>	<u>9%</u>
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Diretor

Erika Dias Blank e Silva
Contadora CRCMG 067896/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos membros da
Diretoria e Conselho Fiscal da
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS
Montes Claros - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MONTES CLAROS**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Os tributos federais provisionados não estão sendo recolhidos nos prazos regulamentares.

Os sistemas informatizados de controle de convênios a receber (glosas via sistema informatizado), apresentam diferenças, ocasionando retrabalho na conciliação dos saldos, necessitando de aprimoramento.

Em 2025 as receitas operacionais aumentaram 11,68% quando comparado com 2024. Entretanto o resultado diminuiu 56,54% quando comparado com 2024, consequência do aumento das despesas financeiras que também evoluíram significativamente no período

Dessa maneira, a entidade ainda necessita de obter recursos junto a terceiros, seja com convênios públicos, empréstimos bancários, endividamento com fornecedores em geral e parcelamentos de tributos em geral.

Entretanto, como citado nas notas explicativas, a Fundação apresentou, ao longo do período recente, evolução de receita e expansão do volume assistencial, acompanhadas de melhora no desempenho econômico-operacional. Observou-se a manutenção de superávits nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, bem como geração operacional positiva, com EBITDA superior a R\$ 12 milhões nos exercícios de 2024 e 2025. Houve, ainda, crescimento do número de interações, diversificação relativa das fontes de receita e fortalecimento da estrutura operacional da entidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2026.

Cooperaudi
Audidores Independentes
CRCMG nº 6.906

Edmar Wanderley
CRCMG nº 78.440

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Hospital de Montes Claros – Hospital Aroldo Tourinho, sediada à Avenida João XXIII, nº 1.207, Bairro Edgar Pereira, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam à análise do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames realizados e considerando o parecer emitido pela Cooperaudi Auditores Independentes, datado de 16 de abril de 2026, concluíram que as referidas demonstrações estão elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, representando adequadamente a posição patrimonial e financeira da Instituição.

Dessa forma, manifestam-se favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Montes Claros, 20 de abril de 2026.

Professora Jacqueline Aparecida Batista Andrade
Membro do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar de Montes Claros

Professor Augusto Guilherme Silveira Dias
Membro do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar de Montes Claros

Professor Edmilson Mendes de Faria
Membro do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar de Montes Claros

VILLA
-ESPETARIA-

Venha
saborear
a **MELHOR**
JANTINHA
da cidade.

ESPETOS • PORÇÕES
CALDOS

38 99881-9096 
RUA GENÉSIO TOLENTINO Nº15 – CIDADE NOVA



DECISÃO ESTRATÉGICA

Altitude, desgaste e clássico: Domínguez projeta Atlético

Em meio à turbulência institucional e à pressão por resultados, o técnico Eduardo Domínguez tenta equilibrar duas frentes igualmente exigentes para o Atlético. O clube se prepara para encarar o Cienciano, nesta quarta-feira (29/4), às 21h30, no Peru, pela Copa Sul-Americana, e o clássico contra o Cruzeiro, no sábado (2/5), às 21h, no Mineirão, pelo Campeonato Brasileiro. A questão que paira sobre a comissão técnica é: força máxima na competição internacional ou foco na recuperação no torneio nacional?

Domínguez foi direto ao destacar o principal obstáculo para a partida em Cusco: a altitude de 3.399 metros. “Temos uma viagem complicada, não apenas pela viagem, mas também o jogo em si que será realizado em altitude elevada”,

afirmou o comandante alvinegro. O argentino sinalizou que o planejamento para os dois duelos levará em conta a logística e o desgaste físico dos atletas, sem abrir mão da competitividade. “Vamos resolver o que realmente podemos fazer para dar impacto nas duas partidas. Sabemos o que estamos jogando na liga local, sabemos das dificuldades que estamos tendo e, se sabemos, temos que atuar em cima disso”, disse.

O cenário exige atenção redobrada. Na Sul-Americana, o Atlético é terceiro do Grupo B, com três pontos, atrás do líder Cienciano (quatro) e do Puerto Cabello (três, mas com saldo melhor). O Juventud completa a chave com um ponto. Uma vitória no Peru é fundamental para retomar o controle

da classificação. Já no Brasileiro, a situação é igualmente delicada: o Galo ocupa a 15ª colocação, com 14 pontos, mesma pontuação do Santos, que abre a zona de rebaixamento.

Domínguez não confirmou a escalação, mas a tendência é que promova rotação no time para tentar preservar jogadores-chave para o clássico. A comissão técnica avalia que o desgaste da altitude pode comprometer o rendimento em Belo Horizonte apenas três dias depois. Resta saber se a aposta na administração do elenco será suficiente para evitar mais um tropeço em Cusco e, ao mesmo tempo, garantir fôlego para superar o rival no fim de semana. A resposta virá dentro das quatro linhas.



Galo ocupa terceiro lugar no Grupo B da Sul-Americana e 15ª posição no Brasileiro, com a mesma pontuação do Santos, primeiro time na zona de rebaixamento

FINANÇAS EM ALTA

Torcida celeste faz a diferença e receita do Cruzeiro com sócios e ingressos dobra em dois anos

A participação direta dos torcedores tem se tornado peça-chave na recuperação financeira do Cruzeiro. De acordo com o demonstrativo financeiro de 2025, divulgado no último sábado (25/4), o clube arrecadou R\$ 120,4 milhões somando as receitas de bilheteria e programa de sócio-torcedor. O valor representa exatamente o dobro do registrado dois anos antes, evidenciando o crescimento do engajamento da massa celeste.

O balanço mostra que a receita operacional líquida do Cruzeiro em 2025 alcançou 599,175 milhões de reais, um salto de 282,713 milhões em relação ao ano anterior. As principais fontes de renda foram: patrocínio e publicidade, com 306,4 milhões de reais; direitos de transmissão e premiações, com 176,5 milhões; bilheteria, com 69,4 milhões; sócio-torcedor, com 51 milhões; e royalties e licenciamentos, com 25,5 milhões.

O bom desempenho das arquibancadas, no entanto, não veio

sozinho. A equipe respondeu em campo com uma recuperação significativa ao longo da temporada, após um início de ano complicado. O time chegou a ocupar o terceiro lugar no Campeonato Brasileiro e foi eliminado apenas na semifinal da Copa do Brasil, o que manteve a torcida engajada mesmo após quedas precoces no Estadual e na Sul-Americana.

Para efeito de comparação, em 2024 o clube havia arrecadado 51,1 milhões de reais com bilheteria e 32,4 milhões com sócios, totalizando 83,5 milhões. Em 2023, os valores foram de 28,6 milhões e 31 milhões, respectivamente, somando 59,6 milhões. O crescimento acumulado entre 2023 e 2025 foi de 102 por cento.

Público nos estádios em 2025
Na temporada de 2025, o Cruzeiro atuou como mandante em 31 oportunidades. O Mineirão, em Belo Horizonte, recebeu 1.207.908 torcedores em 30 jogos. O Parque do Sabiá, em Uberlândia, sediou

uma partida e atraiu 15.398 pessoas. O público total somou 1.223.306 espectadores.

A renda bruta obtida com essas partidas foi de 69,65 milhões de reais, com líquido de 54,89 milhões para os cofres do clube. O duelo contra o Atlético, pelas quartas de final da Copa do Brasil, em 11 de setembro, reuniu 61.584 torcedores — o maior público do novo Mineirão desde sua reinauguração em 2014.

O que esperar de 2026

A temporada atual começou com otimismo, mas a equipe enfrentou oscilações. Apesar do título mineiro, o time teve um início de Brasileiro complicado. Até a saída do técnico Tite, em 15 de março, após a sexta rodada, o Cruzeiro somava três derrotas e três empates, ocupando a lanterna. Com a chegada de Artur Jorge, a equipe reagiu e agora aparece na 12ª colocação, com 16 pontos, e volta a atrair públicos expressivos aos estádios.



Clube arrecadou R\$ 120,4 milhões com participação direta dos torcedores em 2025, impulsionado por boa fase no Brasileiro e recorde de público no Mineirão

LOGÍSTICA E CLÁSSICO A VISTA

Estratégia ou precaução? Domínguez quebra protocolo e viaja separado do Atlético

A preparação do Atlético para o duelo de quarta-feira (29/4) contra o Cienciano, no Peru, pela Copa Sul-Americana, ganhou um contorno incomum nos bastidores. Nesta segunda-feira (27/4), o clube divulgou a lista de relacionados para a viagem, mas a grande surpresa veio à parte: o técnico Eduardo Domínguez não acompanhará a delegação principal. O argentino, ao lado do auxiliar Leandro Díaz e do preparador físico Adrián Vaccarini, permanecerá em Belo Horizonte para comandar o treino desta terça-feira (28/4) com os atletas que ficarão

de fora do compromisso internacional.

A decisão, inusitada no futebol brasileiro, escancara a preocupação do Atlético com o desgaste físico e a logística. Enquanto a maior parte do grupo embarca com antecedência para se adaptar à altitude de 3.399 metros de Cusco, Domínguez e o vice de futebol Paulo Bracks voam separadamente na noite desta terça-feira, chegando às vésperas da partida. O jogo está marcado para as 21h30 (horário de Brasília) no Estádio Inca Garcilaso de la Vega, palco de um desafio extra para os

atleticanos.

Nos bastidores, a explicação é clara: otimizar os dias de preparação no Brasil. Enquanto a delegação principal já estará no Peru se aclimatando, Domínguez quer aproveitar o máximo de tempo possível na Cidade do Galo para ajustar a equipe que encara o clássico contra o Cruzeiro no sábado (2/5), às 21h, no Mineirão, pela 14ª rodada do Campeonato Brasileiro. A partida contra o arquirrival carrega um peso extra, especialmente após a derrota na final do Campeonato Mineiro em março, e o técnico argentino sabe

que o resultado na Sul-Americana não pode comprometer o desempenho no fim de semana.

Nos dias seguintes à viagem, enquanto Domínguez estiver no Peru, os trabalhos na Cidade do Galo serão comandados pelos auxiliares que ficaram em Belo Horizonte. A medida, ainda que arriscada do ponto de vista da integração do grupo na altitude, mostra que o clube tenta equilibrar duas frentes igualmente importantes: a recuperação na Sul-Americana — onde o Atlético ocupa a terceira posição do Grupo B, com três pontos, atrás do lí-

Técnico argentino fica em Belo Horizonte para comandar treino com reservas enquanto delegação principal já embarca para Cusco; clássico contra o Cruzeiro no sábado pesa na decisão

der Cienciano (quatro) — e a fuga da zona incômoda no Brasileiro, já que o time aparece na 15ª colocação, com 14 pontos, mesma pontuação do Santos, primeiro time dentro do Z-4.

Além da ausência momentânea de Domínguez, outro desfalque de peso já havia sido confirmado: Hulk, principal referência do ataque alvinegro, não viaja para o Peru. O camisa 7 segue em tratamento e não foi relacionado para o compromisso internacional. Com isso, o Atlético terá que encontrar soluções ofensivas em Cusco sem seu principal artícu-

lador, e ainda sob o comando à distância de um técnico que chegará em cima da hora.

A lista de relacionados divulgada na segunda-feira trouxe nomes como Everson, Fuchs, Battaglia, Zaracho e Paulinho, mas a verdadeira provação será suportar os 90 minutos a 3,4 mil metros de altitude. Resta saber se a logística escolhida por Domínguez — viajar separado para treinar os reservas no Brasil — será vista como estratégia inteligente ou como um risco desnecessário. A resposta, como sempre, virá do gramado.

IDAS E VOLTAS NA LIBERTADORES

De herói contra o Boca a sete minutos em 2026: o drama de Wallace no Cruzeiro

Nesta terça-feira (28/4), Cruzeiro e Boca Juniors se reencontram no Mineirão, às 21h30, pela terceira rodada do Grupo D da Libertadores. O último duelo entre os gigantes, porém, aconteceu em agosto de 2024, com sabor heroico para um jogador que hoje nem sequer tem vestido a camisa celeste.

Na ocasião, pelas oitavas de final da Copa Sul-Americana, a Raposa perdeu a partida de ida por 1 a 0 na Bombonera. Na volta, no Gigante da Pampulha, fez 2 a 1 no

tempo normal e levou a decisão para os pênaltis. Foi então que o volante Wallace brilhou: além de ter marcado um dos gols da vitória — aos 20 minutos do primeiro tempo, ampliando o placar aberto por Matheus Henrique —, ele converteu sua cobrança na disputa por penaltis, contribuindo para o 5 a 4 que classificou o Cruzeiro.

Na época, Wallace era titular e peça importante do sistema de Tite. O Boca, por sua vez, teve Edinson Cavani como protagonista na ida,

mas o uruguaio também não estará em campo agora, desfalque por dores na lombar. Já os outros goleadores daquele confronto — Matheus Henrique e Milton Giménez — seguem em atividade normal.

A realidade de Wallace em 2026, contudo, não poderia ser mais oposta. O volante acumula míseros sete minutos em campo durante toda a temporada. Sua única aparição ocorreu em 21 de fevereiro, na vitória por 2 a 1 sobre o Pouso Alegre, no Manduzão, pela semi-

final do Campeonato Mineiro. Na ocasião, ainda sob comando de Tite, ele entrou aos 38 minutos do segundo tempo na vaga de Lucas Silva. Depois disso, nunca mais.

O declínio se acelerou com a chegada do técnico Artur Jorge, que assumiu após a demissão de Tite em março. Artur Jorge nunca escalou Wallace. E o motivo vai além da parte técnica: no início de abril, o volante foi afastado do elenco por tempo indeterminado após criticar o goleiro Matheus Cunha em um

Volante decidiu confronto épico nas oitavas da Sul-Americana em 2024 com um golazo, mas hoje treina separado, afastado por indisciplina, e vive pior momento da carreira

grupo de WhatsApp. A diretoria celeste entendeu que o comportamento feriu normas internas de convivência e determinou que o atleta passasse a treinar separado.

Desde então, Wallace vive o pior momento de sua carreira. Aos 30 anos, ele vê de fora o reencontro do Cruzeiro com o Boca — justamente o adversário diante do qual viveu sua noite mais gloriosa com a camisa azul e branca. Enquanto seus companheiros se preparam para a Libertadores no Mineirão, o

volante permanece à margem, sem previsão de retorno e com o futuro cada vez mais incerto dentro do clube.

A partida contra o Boca, portanto, carrega um simbolismo amargo para Wallace. Herói improvável em 2024, hoje ele é apenas uma lembrança distante daquela noite de agosto. E, a menos que haja uma reviravolta nos bastidores, sua história no Cruzeiro pode estar com os dias contados.



É CLARO que seria impossível destacar todas as presenças na animada e concorrida FEIJOADA DO THEO que continua sendo bastante comentada, principalmente a animação total com pessoas na pista e entre as mesas no grande salão do “Clube dos Fazendeiros”. Vejam a animação de Angela Braga Pereira.



SEMPRE marcando presença os queridos amigos Guívsom e Luana Leal.



EM FRENTE ao painel com Raquel e Ruy Muniz. Ele em campanha como Pré candidato à Câmara Federal.



TRÊS grandes amigos: Jorge Silveira, Fernando Thomaz e Antônio Carlos Menezes.



A EQUIPE de Mariluce Buffet que servia a feijoada. Existiam outras ilhas com frios, carnes, massas e sobremesas.



RECEBENDO: Wesley Jeferson Gonçalves Souza, Elen Poliane Gomes santos Souza, Izadora Souza Gomes e Anthony Souza Gomes.

MAIS PRESENCAS NA FEIJOADA DO THEO



TAMBÉM animadíssimas, Ada Cordeiro e Melissa Narciso.



UM CLOSE em Karina Alcmeida Ferreira e Gabrielle Mourão.



ESTE JORNALISTA com Alexandre e Maristela Colares.



FOI MUITO bom receber a querida atriz, Isabella Lopo.



O DEPUTADO Arlen Santiago na foto com a amiga Tânia Martins Figueiredo era bastante festejado.



UM GRUPO formado por Robert Lopes de Lima, Guida Prates, Charles e Nilde, Marcos Abdias, Ruy Muniz e Pedro Almeida.



MARLENE Tavares reapareceu com o filho Junior.



WALMIR Cangussu Júnior e Michelle.



REAPARECENDO a Promotora, Cibele Macedo.

FATOS

Em tempos de versões apressadas e memórias de conveniência, Eduardo Oliveira Ferreira — o Eduardo Olifer — faz o caminho inverso: pisa firme no terreno dos fatos. Seu canal no YouTube, História de Montes Claros, não nasce para entreter distraídos, mas para desafiar certezas frouxas. Aqui não há “ouvi dizer”, há documento; não há bravata, há fonte.

É PROVA

Eduardo resgata o essencial: história não é palpite bem editado, é prova. Num ambiente saturado de narrativas fáceis, sua proposta soa quase insurgente — e necessária. Montes Claros ganha, enfim, um espaço onde a memória deixa de ser palco de versões e volta a ser arquivo de evidências.

VERDADEIRO PESADELO

O torcedor do Atlético viveu uma noite de domingo que parecia um verdadeiro pesadelo. O Galo recebeu o Flamengo na Arena MRV, pela 13ª rodada do Campeonato Brasileiro, e foi goleado por 4 a 0, com dois gols de Pedro, um de Plata e outro de Arrascaeta. Mas os problemas começaram ainda antes da bola rolar, com a notícia de que o ídolo Hulk pode estar perto de deixar o clube.